



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

**DATA DA REUNIÃO:** VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZ.-----

**LOCAL DA REUNIÃO:** SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

**PRESIDIU:** O PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----

**PRESENCAS E FALTAS:**-----

**PRESIDENTE** ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-

-----

**VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO** – PSD – PRESENTE.-----

-----

**VEREADORA** ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

-----

**VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES** – PSD – PRESENTE.-----

-----

**VEREADOR LUÍS GONZAGA DA SILVA FREITAS RODRIGUES** – PS – PRESENTE.-----

-----

**VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS** – PSD – PRESENTE.-

-----

**VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA** – PS – PRESENTE.-----

-----

**VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA** – PSD – PRESENTE.-----

-----

**VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO** – PS – PRESENTE.

-----

**HORA DE INICIO DA REUNIÃO:** DEZ HORAS E VINTE E CINCO MINUTOS.-----

**HORA DE ENCERRAMENTO:** ONZE HORAS E DEZ MINUTOS.-----



A-

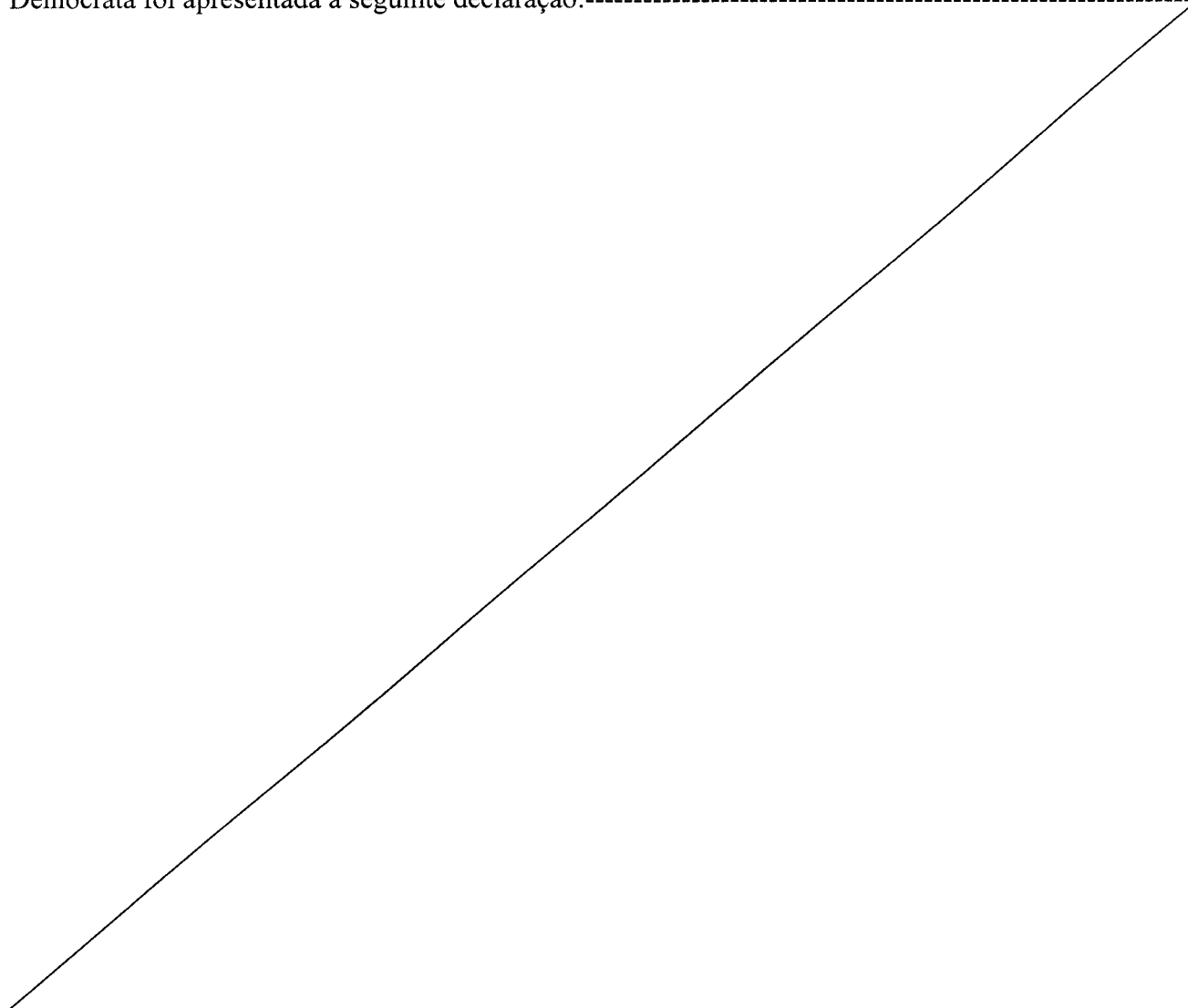
97

**SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.**-----

**ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ACTA.**-----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**a)** Pelos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi apresentada a seguinte declaração:-----



## REUNIÃO DE CÂMARA – 24 DE FEVEREIRO DE 2010

Período de antes da ordem do dia

Na reunião de 27 de Janeiro, os vereadores enquanto eleitos nas listas do PSD, apelarem ao Senhor Presidente para que a Câmara cumprisse uma deliberação deste órgão de 14 de Outubro de 1999, que previa a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Vila das Aves no montante de 2.000.000\$00 (dois milhões de escudos) equivalente a 10.000 euros, para ajudar a custear as despesas com o processo jurídico da doação à Junta de Freguesia de Vila das Aves da Quinta dos Pinheiros.

A referida deliberação foi comunicada à Junta de Freguesia através do ofício 253/99-1.18.

Para isso bastava que as despesas com o processo jurídico atingissem os 10.000 euros (2.000.000\$00).

A Câmara Municipal tem conhecimento que este valor foi já ultrapassado, e que só as despesas com os honorários do advogado rondam os 15.314,46 euros, conforme docs. que se anexam.

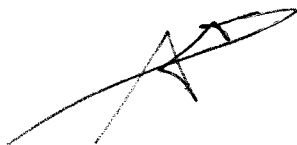
Até ao momento a Câmara apenas pagou 50% do valor deliberado.

Os documentos que se anexam, provam, como atrás se disse, que os custos, só com os honorários ultrapassam os 10.000 euros.

Não são por isso plausíveis quaisquer desculpas, para que esta Câmara deixe de honrar os compromissos assumidos com a Junta de Vila das Aves, à data gerida por um Socialista.

Por isso, os vereadores do PSD não podem aceitar que esta Câmara, não cumpra, como a isso está obrigada, uma deliberação legítima aprovada por unanimidade, pelo que uma vez mais, solicitam que o Senhor Presidente no mais curto espaço de tempo faça chegar à Junta de Vila das Aves os 5.000 euros, a que esta tem direito.

Santo Tirso, 24 de Fevereiro de 2010

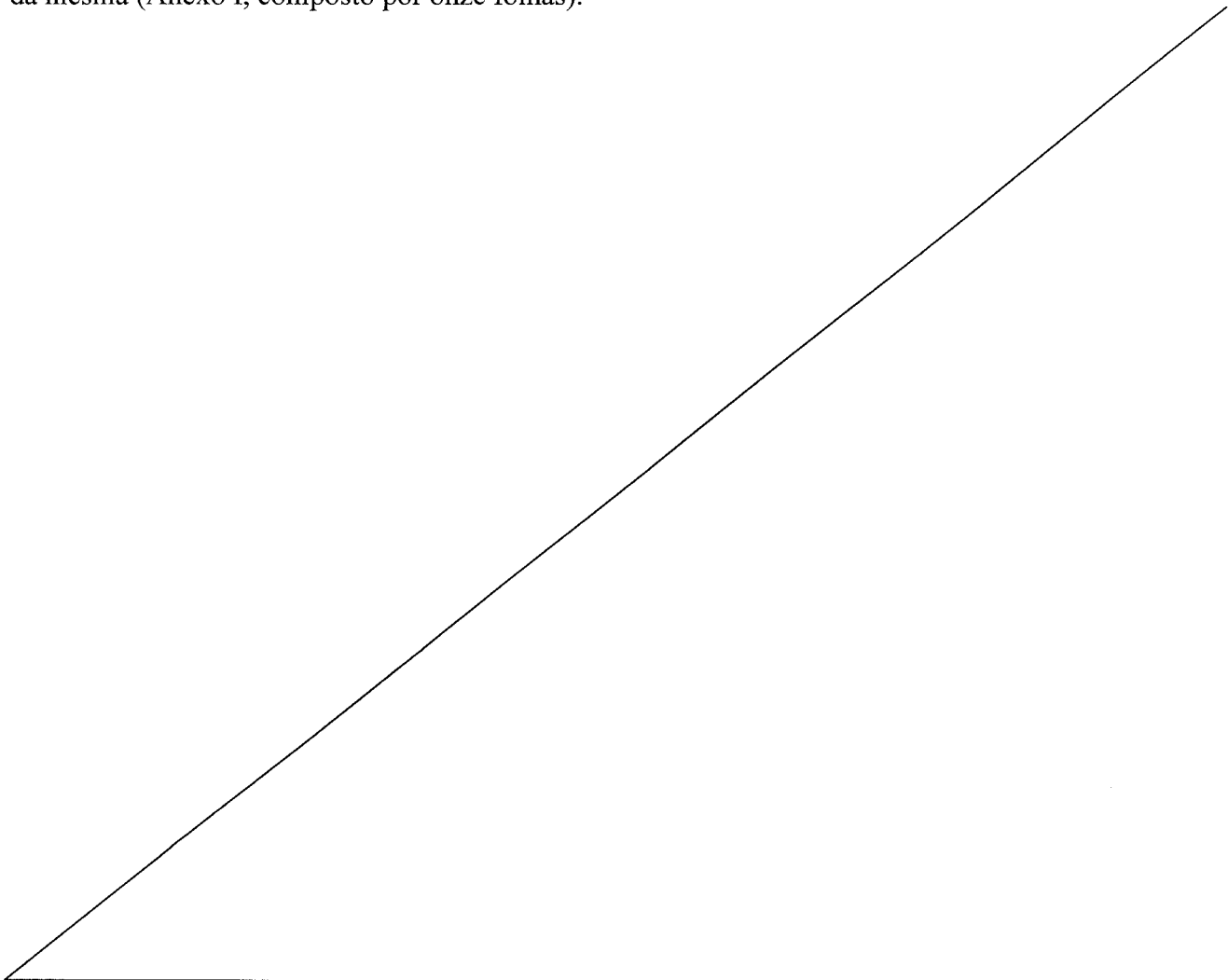




7

**b)** Pelo Senhor Presidente foi dito que dava conhecimento à câmara municipal do ofício da Junta de Freguesia de Vila das Aves, de vinte e um de Janeiro findo, registado na câmara municipal com o número mil setecentos e vinte e três, a “agradecer a prestimosa colaboração na aquisição do terreno denominado por Amieiro Galego”, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha.-----

**c)** Pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito ainda que os documentos entregues pelos Senhores Vereadores, anexos à declaração antecedente, ficariam juntos à presente acta, como Anexo da mesma (Anexo I, composto por onze folhas).-----



**JUNTA DE FREGUESIA DE VILA DAS AVES**

Telef. 252941313-252875710  
Fax - 252875711  
Email : [web@jf-viladasaves.pt](mailto:web@jf-viladasaves.pt)  
Av. 4 de Abril de 1955, n° 251  
4795-024 VILA DAS AVES

*Handwritten signature and date: 14/02/2010*

Ex.mo Senhor  
Presidente da Câmara Municipal  
Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO

C. M. Stº Tirso

Nº 1773 Data: 2010/02/02

S/referência

Data

N/referência  
38/10-1.08

Data  
21-01-2010

**Assunto- Agradecimento**

Serve o presente para agradecer a V/ prestimosa colaboração na aquisição do terreno denominado por Amieiro Galego.

Junto envio um calendário com imagens de Vila das Aves.

Com os melhores cumprimentos

O PRESIDENTE DA JUNTA

Carlos Alberto Carvalho Fernandes



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

47

**LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS  
ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À  
PRESENTE ACTA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.-----**



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

07

Al-  
ty

## **REUNIÃO ORDINÁRIA DE 24/FEVEREIRO/2010 – ACTA Nº 5**

### **ORDEM DO DIA**

- 1 – Aprovação da acta da última reunião ordinária (10/02/2010)
- 2 – SIADAP: Avaliação do desempenho do pessoal não docente dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e do ensino básico: criação, no âmbito do Conselho Coordenador da Avaliação, de uma secção autónoma
- 3 – Aquisição de uma parcela de terreno destinada à ampliação do cemitério de Areias: Rectificação da deliberação camarária de 23/01/2008 (item 6 da respectiva acta)
- 4 – EN 105 – Remodelação do Nó da Variante de Santo Tirso – Ponte de Frádegas – Projecto de Execução: Parecer da câmara municipal (n.º 2 do artigo 7º do DL 555/99, de 16 de Dezembro)
- 5 – Expropriação de terrenos necessários à execução do projecto denominado “EN 105 – Remodelação do nó da Variante de Santo Tirso – Ponte de Frádegas”: Resolução de Expropriar prevista no artigo 10º do Código das Expropriações
- 6 – Contrato de Prestação de Serviços tendo por objecto a “Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos”: Aditamento ao contrato formalizado por escritura pública celebrada em 22/07/93: Aprovação
- 7 - Constituição de Servidão Administrativa de Aqueduto Público Subterrâneo sobre terrenos destinados à construção do Interceptor da Ribeira do Pisão – Parcelas 4

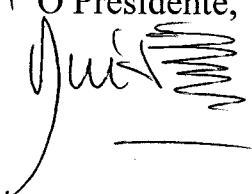
Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

e 17 – Minuta de Contrato de Indemnização a celebrar com o arrendatário dos respectivos prédios: Aprovação

## 8 - Outros Subsídios

- Processos de licenciamento de loteamento e obras particulares

Santo Tirso, 19 de Fevereiro de 2010

O Presidente,  


**Nota:**

Foram aditados à ordem do dia da presente reunião os assuntos que constam do pedido de agendamento de folhas 9 da presente acta, do qual, para maior facilidade de interpretação, se junta cópia a seguir à presente folha da acta. Aqueles assuntos são os itens nove, dez, onze e doze da presente acta.





Finda a discussão e votação dos assuntos previamente incluídos na ordem do dia da presente reunião, o Senhor Presidente propôs, ao abrigo do disposto no artigo 83º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que o executivo camarário reconhecesse a urgência de deliberação imediata sobre o seguintes assuntos:-----

- Candidatura apresentada pelo município no âmbito do Fundo Social Europeu – Tipologia 2.1 – Reconhecimento, Validação e Certificação de competências, para o funcionamento do Centro Novas Oportunidades nos anos de 2010 e 2011: Aceitação das condições da decisão de aprovação.-----

- Candidatura apresentada pelo município ao fundo comunitário FEDER – “Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos”: Contrato de Financiamento celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte e o município de Santo Tirso: Ratificação.-----

- Candidatura apresentada pela autarquia ao “Sistema de Apoio à Modernização Administrativa” – Balcão Único: Ratificação do Contrato de Financiamento no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte, celebrado entre a Área Metropolitana do Porto e o Município de Santo Tirso.-----

- Contrato de Empreitada: “PRU – Percurso nas Margens do Ave – Renaturalização e Requalificação da Frente do Rio em Santo Tirso”: Decisão de contratar e aprovação das peças do procedimento.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes na reunião, reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre o referido assunto, o qual passa a constituir os subseqüentes quatro pontos da presente acta.-----



Ar

67

**1. APROVAÇÃO DA ACTA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (10/02/2010).-----**

Presente a acta da reunião ordinária realizada no dia dez do corrente mês de Fevereiro, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida acta, o Senhor Presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara deliberasse aprovar a aludida acta.-----

A acta foi aprovada com nove votos a favor.-----



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

**2. SIADAP: AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO PESSOAL NÃO DOCENTE DOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO ENSINO BÁSICO: CRIAÇÃO, NO ÂMBITO DO CONSELHO COORDENADOR DA AVALIAÇÃO, DE UMA SECÇÃO AUTÓNOMA.**-----

Presente proposta do Presidente da Câmara Municipal, datada de dezoito do corrente mês de Fevereiro, da qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha, a propor que a câmara municipal delibere, de harmonia com o previsto no n.º 3 do artigo 3º da Portaria 759/2009, de 16 de Julho, criar no âmbito do Conselho Coordenador da Avaliação, uma secção autónoma para a avaliação do pessoal não docente, com a composição prevista no n.º 4 do mesmo artigo 3º.-----

A Câmara deliberou, com nove votos a favor, aprovar a referida proposta.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

## PROPOSTA

Atendendo à transferência para os municípios do pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar nos termos do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho.

Tendo em conta que este município possui contrato de execução para a transferência das competências definidas no diploma acima referido, efectuado a 16 de Setembro de 2008, ratificado pela câmara municipal em 14 de Janeiro de 2009, prevendo nesse contrato que a Câmara Municipal passe a exercer, entre outras, as competências de homologação e de decisão de recursos em matéria de avaliação do desempenho do pessoal não docente.

Atendendo à especificidade da avaliação deste pessoal, proponho, para efeitos de operacionalização do seu funcionamento e de harmonia com o n.º 3 do artigo 3º da Portaria n.º 759/2009, de 16 de Julho, a criação de uma secção autónoma do Conselho Coordenador da Avaliação (CCA), constituído por meu despacho de 17 do corrente mês de Fevereiro.

Nos termos da referida Portaria, essa secção autónoma é composta pelo presidente da câmara, que preside à mesma e pelos directores, ou os seus representantes, dos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas. Tem como competências, relativamente ao pessoal não docente, garantir o rigor e a diferenciação de desempenho do SIADAP 2 (avaliação do desempenho dos dirigentes) e do SIADAP 3 (avaliação do desempenho dos trabalhadores), cabendo-lhe validar as avaliações de desempenho relevante e desempenho inadequado bem como proceder ao reconhecimento do desempenho excelente e emitir parecer sobre os pedidos de apreciação das propostas de avaliação dos dirigentes intermédios avaliados.

Remeta-se a presente proposta à próxima reunião de Câmara.

Santo Tirso e Paços do Concelho, 18 de Fevereiro de 2010

O Presidente da Câmara,

  
Castro Fernandes

<http://www.cm-stirso.pt>

E-mail: [gap@cm-stirso.pt](mailto:gap@cm-stirso.pt)

Telef.: 252 830 400 • Fax: 252 856 534

Praça 25 de Abril • 4780-373 Santo Tirso



**3. AQUISIÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO DESTINADA À AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE AREIAS: RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 23/01/2008 (ITEM 6 DA RESPECTIVA ACTA).-----**

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Da deliberação camarária acima referida consta que a parcela de terreno a adquirir pelo município para ampliação do cemitério de Areias é a destacar do "*prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número 46049 (quarenta e seis mil e quarenta e nove) e inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 393 (trezentos e noventa e três)*";-----

À data daquela deliberação o prédio em causa não estava registado em nome dos vendedores;-----

Entretanto, estes promoveram o registo do respectivo prédio em seu nome (AP. 3981 de 2009/09/01), tendo-se concluído que o prédio do qual é a desanexar a aludida parcela de terreno é actualmente um prédio urbano, sito na Av. do Estádio, n.º 445, freguesia de Areias, deste concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número 959/20090806 (nove cinco nove / dois zero zero nove zero oito zero seis), inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 1409 (mil quatrocentos e nove).-----

Face ao exposto, proponho que a câmara municipal delibere rectificar a aludida deliberação camarária, quer no que se refere à identificação dos vendedores, quer no que se refere à identificação do prédio do qual é a desanexar a parcela do terreno em causa, a adquirir pelo município pela via do direito privado nos termos do artigo 11º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei 168/99, de 18 de Setembro;-----

Nestes termos, proponho que fique a constar que a parcela de terreno destinada à ampliação do Cemitério de Areias, com a área de 2.169 m<sup>2</sup> (dois mil cento e sessenta e nove metros quadrados), delimitada na planta que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo II da mesma, é a adquirir a Maria de Fátima Gomes Barroso Meinl,



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

contribuinte número 132 707 128, e a Hans Helmut Alfons Meinel, contribuinte número 229 279 368, residentes na Avenida do Estádio, n.º 445, freguesia de Areias, deste concelho, sendo a desanexar da área descoberta do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número 959/20090806 (nove cinco nove / dois zero zero nove zero oito zero seis), inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 1409 (mil quatrocentos e nove), da freguesia de Areias.-----

A aquisição desta parcela de terreno é feita pela via do direito privado, nos termos do artigo 11º do Código das Expropriações, não resultando da desanexação da aludida parcela de terreno fraccionamento legalmente proibido.-----

A câmara deliberou, com nove votos a favor, aprovar a proposta.-----



**4. EN 105 – REMODELAÇÃO DO NÓ DA VARIANTE DE SANTO TIRSO – PONTE DE FRÁDEGAS – PROJECTO DE EXECUÇÃO: PARECER DA CÂMARA MUNICIPAL (N.º 2 DO ARTIGO 7º DO DL 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO).-----**

Presente informação técnica do Director do Departamento de Planeamento e Habitação, de onze do corrente mês de Fevereiro, registada com o número dois mil seiscentos e vinte e um, a informar sobre o Projecto de Execução da obra denominada “EN 105 – Remodelação do Nó da Variante de Santo Tirso – Ponte de Frádegas”, que será executada pela EP-Estradas de Portugal S.A., concessionária geral da rede rodoviária nacional.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara municipal, com fundamento na aludida informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, deliberasse emitir parecer favorável ao referido projecto, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 7º do DL 555/99, de 16 de Dezembro.-----

A Câmara deliberou, com nove votos a favor, emitir parecer favorável ao projecto em causa.-----



Handwritten signature or initials.

**5. EXPROPRIAÇÃO DE TERRENOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO PROJECTO DENOMINADO “EN 105 – REMODELAÇÃO DO NÓ DA VARIANTE DE SANTO TIRSO – PONTE DE FRÁDEGAS”: RESOLUÇÃO DE EXPROPRIAR PREVISTA NO ARTIGO 10º DO CÓDIGO DAS EXPROPRIAÇÕES.-----**

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Nos termos do n.º 3 do artigo 18º da Lei 159/99, de 14 de Setembro, “*Os municípios são obrigatoriamente ouvidos na definição da rede rodoviária nacional e regional e sobre a utilização de via pública*”;-----

Na prossecução dos objectivos inerentes a esta norma, foram estabelecidos contactos entre o município e a EP – Estradas de Portugal, S.A., no sentido da rápida concretização da remodelação do Nó da Variante de Santo Tirso à EN 105 – Ponte de Frádegas (ao km 20,3 da EN 105), de modo a melhorar a capacidade de tráfego e as condições de segurança rodoviária naquele local;-----

A obra a executar, apesar de se integrar na rede rodoviária nacional, é de relevante interesse público municipal, nomeadamente pelas seguintes razões:-----

Quanto à solução rodoviária:-----

O projecto reveste-se de particular interesse público municipal pelo facto de, enquanto solução rodoviária, vir dar resposta a uma repetida e insistente reclamação municipal relativamente à necessidade de resolução de um dos “pontos negros” de sinistralidade rodoviária das estradas que servem o município. Este local, na confluência de diversos fluxos de atravessamento Norte/Sul e Nascente/Poente, acumula ainda as importantes funções de acesso à cidade de Santo Tirso, em local fortemente caracterizado por trânsito de características regionais, supra concelhias e locais. Neste local registam-se também expressivos fluxos pedonais, em percursos de acesso local, uma vez que está na proximidade de importantes equipamentos públicos, designadamente a igreja Matriz/ Mosteiro de S. Bento e o Parque D. Maria II.-----





Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Quanto ao seu enquadramento no Planeamento Municipal:-----

Este projecto reveste-se de grande importância na estruturação e normalização da rede viária municipal, enquanto estruturante da hierarquização e reordenamento do sistema viário.-----

De acordo com os planos municipais de ordenamento para o local, designadamente o Plano Director Municipal, e de forma articulada com as acções de projecto e desenho urbano em curso, como é o caso do Projecto do Parque Urbano do Ribeiro do Matadouro, a realizar no âmbito do concurso de arquitectura à escala da União Europeia - EUROPAN 9, esta importante infraestrutura rodoviária possibilita a articulação de diversas acções de investimento e projecto, que aqui se conjugam. Disto são exemplos os estudos em curso para a VEM – Via Estruturante Municipal, acção prevista e inscrita em sede de PDM e a requalificação paisagística e de desenho urbano no vale do Ribeiro do Matadouro e envolvente ao monumento nacional - Mosteiro de S. Bento.-----

Pelo que, tendo em vista a melhor prossecução do interesse público, e considerando a boa relação institucional entre este município e a EP - Estrada de Portugal, S.A., foi celebrado entre estas entidades um Protocolo tendo por objecto definir os termos de colaboração entre as partes relativamente ao projecto de remodelação do referido Nó da Variante à EN 105, Santo Tirso, que foi ratificado em reunião da câmara municipal de onze de Fevereiro de dois mil e nove, (item dois da respectiva acta), cujo teor aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais;-----

Nos termos da cláusula quinta daquele Protocolo, compete ao município de Santo Tirso promover e diligenciar a disponibilização dos terrenos necessários à execução daquela obra;-----

A obrigação assumida pelo município no referido protocolo, fundamentou-se, além do interesse público municipal do projecto, nas razões de proximidade, conhecimento dos interessados e intervenientes no processo, designadamente dos proprietários dos respectivos terrenos, maior disponibilidade para a promoção de contactos e prestação de esclarecimentos, permitindo que a autarquia, no âmbito das suas atribuições, possa ser agente da compatibilização de vontades e interesses das partes envolvidas.-----



df

A aquisição dos terrenos em causa consta do Plano Plurianual de Investimento, aprovado pela Assembleia Municipal em sessão ordinária de vinte e um de Dezembro último (objectivo – 3.3.1; classificação económica – 02/070101; Acção 008/2009/29);-----

Como se referiu, a obra em causa é de relevante interesse público, cabendo no objecto da concessão do financiamento, concepção, projecto, construção, conservação, requalificação e alargamento da rede rodoviária nacional atribuída pelo Estado à EP- Estradas de Portugal, S.A. cujas bases foram aprovadas pelo Decreto-Lei 380/2007, de 13 de Novembro (cfr. Base 2 do Anexo I ao referido DL);-----

Para a execução daquela obra, cujo Projecto de Execução mereceu parecer favorável desta câmara municipal, por deliberação tomada nesta mesma reunião, cuja memória descritiva se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da utilidade pública da obra a realizar, (Anexo III), são necessárias cinco parcelas de terreno delimitadas a vermelho na Planta Cadastral anexa (Anexo IV), sendo que, nos termos das disposições conjugadas nas Bases 17 e 18 da referida concessão “*São de utilidade pública, com carácter de urgência, todas as expropriações efectuadas por causa, directa ou indirecta, da concessão*”;-----

**BENS A EXPROPRIAR:**-----

**Parcela 1** - Parcela de terreno com a área de 4.612,6 m<sup>2</sup> (quatro mil seiscientos e doze vírgula seis metros quadrados), sita no lugar da Quinta do Penedo, freguesia e concelho de Santo Tirso, a confrontar de Norte com a Rua de Real, de Sul com parte sobrance do prédio, de Nascente com a Variante à EN 105 e do Poente com a Rua Ponte de Frádegas, que corresponde ao prédio urbano inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 530 (quinhentos e trinta) e parte a desanexar do prédio rústico inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 76 (setenta e seis), sendo desconhecidas as respectivas descrições na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso, identificada com o número um na referida planta cadastral, propriedade de José Augusto Costa e Sá



Ac

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

97

de Freitas Monteiro, residente na Quinta do Penedo, Rua da Lomba, n.º 2, freguesia e concelho de Santo Tirso;-----

**Parcela 2** - Parcela de terreno com a área de 7.143,00 m<sup>2</sup> (sete mil cento e quarenta e três metros quadrados), sita no referido lugar da Quinta do Penedo, a confrontar de Norte, Sul e Nascente com a parte sobrance do prédio e do Poente com a Variante à EN 105, que é a desanexar do referido prédio rústico inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 76 (setenta e seis), identificada com o número 2 na mesma planta cadastral, propriedade do identificado José Augusto Costa e Sá de Freitas Monteiro;-----

**Parcela 3** - Parcela de terreno com a área de 2.044 m<sup>2</sup> (dois mil e quarenta e quatro metros quadrados), sita no referido lugar da Quinta do Penedo, a confrontar de Norte com a EN 105 e a Rua de Covas, e dos restantes lados com parte sobrance do prédio, que é a desanexar do mesmo prédio rústico inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 76 (setenta e seis), identificada com o número 3 na mesma planta cadastral, também propriedade do identificado José Augusto Costa e Sá de Freitas Monteiro;-----

**Parcela 4** - Parcela de terreno com a área de 70 m<sup>2</sup> (setenta metros quadrados), sita na Rua Monsenhor José Gonçalves da Costa, da freguesia e concelho de Santo Tirso, a confrontar de Norte, Sul e Poente com a referida Rua Monsenhor José Gonçalves da Costa e do Nascente com a Escola Agrícola, que é parte do logradouro do prédio urbano sito na referida Rua Monsenhor José Gonçalves da Costa, n.º 40, sendo desconhecidas a respectiva descrição predial e inscrição matricial, identificada com o número 4 na mesma planta cadastral, propriedade de herdeiros de Manuel Pereira de Castro, representados por Manuel Claudino Machado de Castro, cabeça de casal, da respectiva herança, residente na Rua Poeta Tomaz Ribeiro, n.º 414, da cidade da Trofa.-----

**Parcela 5** - Parcela de terreno com a área de 260 m<sup>2</sup> (duzentos e sessenta metros quadrados), sita na mesma Rua Monsenhor José Gonçalves da Costa, da freguesia e concelho de Santo Tirso, a confrontar de Norte e Nascente com a Escola Agrícola, de Sul com a referida Rua



AR

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

9

Monsenhor José Gonçalves da Costa e do Poente com a parcela quatro, que é a desanexar do complexo da Escola Agrícola, sendo desconhecida a descrição predial e inscrição matricial do prédio do qual é a desanexar, identificada com o número 5 na mesma planta cadastral, propriedade da Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, com sede na Rua da Misericórdia, da freguesia e concelho de Santo Tirso.-----

Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artº 10º do Código das Expropriações e artº 11º do mesmo Código, solicitou-se a perito da lista oficial que procedesse à avaliação das parcelas de terreno a adquirir, sendo que, de acordo com os respectivos relatórios de avaliação, datados de Novembro último, juntos ao respectivo processo administrativo, a previsão dos encargos a suportar com a expropriação das parcelas de terreno acima descritas é de 243.295,88 € (duzentos e quarenta e três mil duzentos e noventa e cinco euros e oitenta e oito cêntimos), que será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 070101, conforme proposta de cabimento número seiscentos e um de vinte e três do corrente mês de Fevereiro;-----

De harmonia com o previsto no Plano Director Municipal em vigor as parcelas de terreno a expropriar localizam-se em Áreas de Salvaguarda Estrita – Reserva Agrícola e Ecológica Nacional, conforme extractos das Plantas de Condicionantes e de Ordenamento do PDM, que se juntam à presente acta e dela ficam a fazer parte integrante, para todos os efeitos legais (Anexos V e VI);-----

Há assim necessidade de se dar início ao processo de expropriação dos terrenos, com carácter urgente, tomando-se a resolução de expropriar prevista no artº 10º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei 168/99, de 18 de Setembro;-----

Face ao exposto, proponho que a Câmara, ao abrigo do disposto no referido artº 10º e artº 64º, nº 7, alínea c), da Lei 169/99, de 18 de Setembro, delibere requerer ao Ministro competente a declaração de utilidade pública da expropriação, com carácter urgente, das parcelas de terreno acima descritas.-----

As parcelas de terreno a expropriar, embora a adquirir pelo município de Santo Tirso,



AK

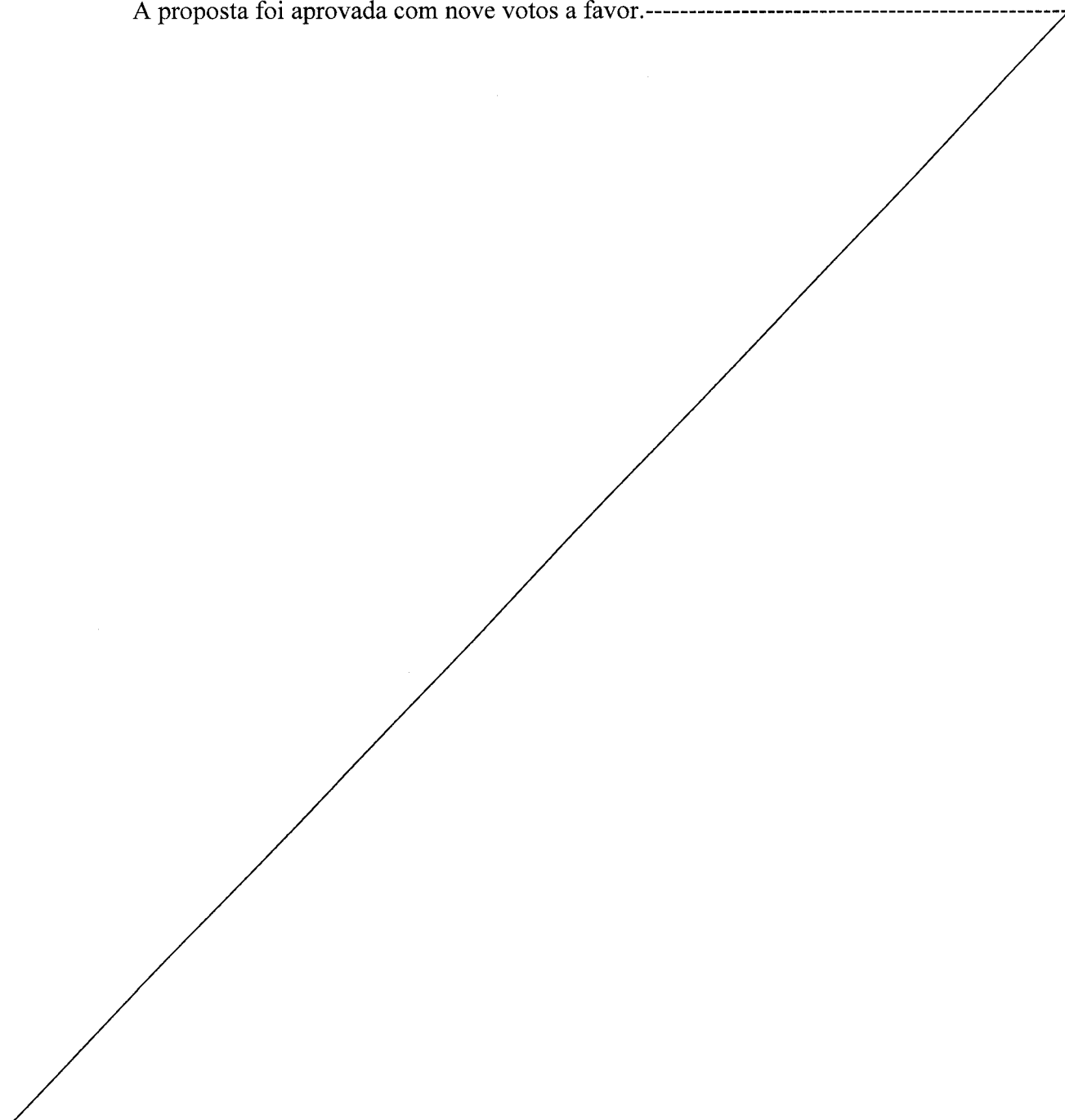
Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

47

serão por este cedidas ao Estado, para integração no domínio público rodoviário, de harmonia com o previsto no n.º 3 da Base 7 da referida concessão.-----

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----





**6. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJECTO A  
“RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS”: ADITAMENTO AO CONTRATO  
FORMALIZADO POR ESCRITURA PÚBLICA CELEBRADA EM 22/07/93: APROVAÇÃO**

Presente ofício de vinte e dois do corrente mês de Fevereiro dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, registado com o número dois mil e oitocentos e noventa e cinco, a remeter proposta de alterações ao Contrato de Prestação de Serviços acima referido, celebrado em vinte e dois de Julho de mil novecentos e noventa e três, com a sociedade Serurb – Serviços Urbanos Lda, que por escritura pública celebrada em vinte e cinco de Julho de dois mil e sete foi incorporada por fusão na sociedade SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente SA., sociedade que assumiu, desde essa data, todas as posições e relações jurídicas pertencentes à referida Serurb, designadamente a titularidade de todos os contratos que aquela haja celebrado.-----

A referida proposta foi aprovada pelo Conselho de Administração do SMAES em reunião de dezassete do corrente mês de Fevereiro.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse homologar a aludida deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, que aprovou as alterações ao Contrato de Prestação de Serviços em causa, nos termos que constam do documento que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo VII, constituído por vinte e oito folhas.-----

A Câmara deliberou, com nove votos a favor, homologar a aludida deliberação dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento.-----



Ass

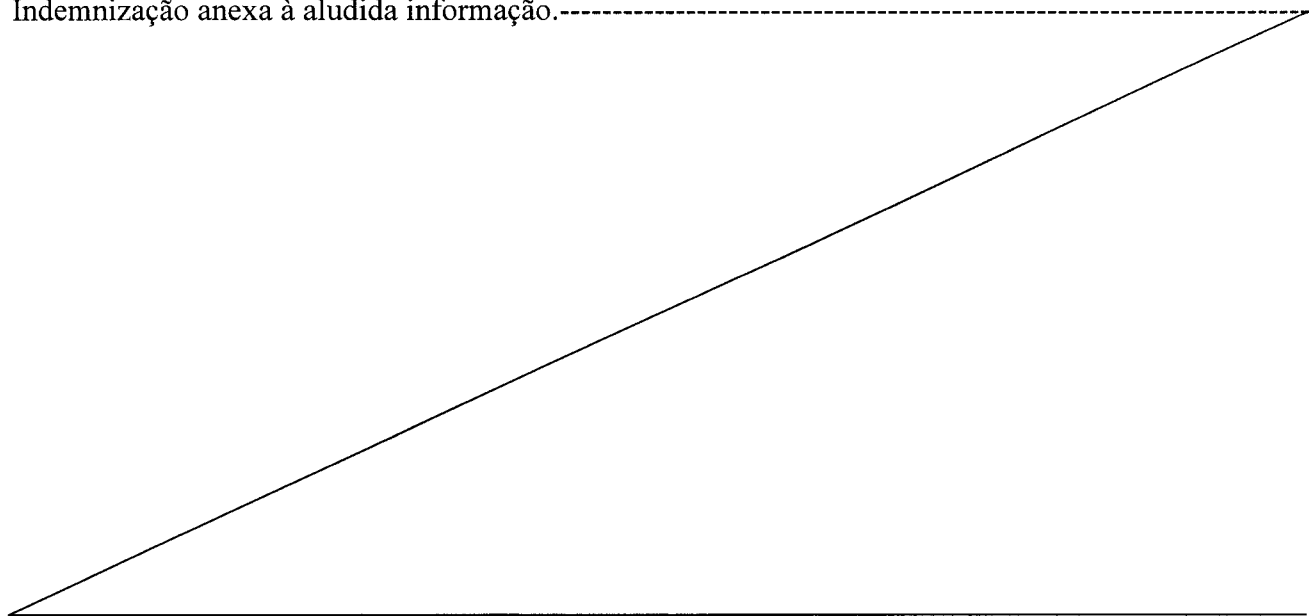
4

**7. CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE AQUEDUTO PÚBLICO SUBTERRÂNEO SOBRE TERRENOS DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DO INTERCEPTOR DA RIBEIRA DO PISÃO – PARCELAS 4 E 17 – MINUTA DE CONTRATO DE INDEMNIZAÇÃO A CELEBRAR COM O ARRENDATÁRIO DOS RESPECTIVOS PRÉDIOS: APROVAÇÃO.**-----

Presente informação da Directora do Departamento Administrativo, de dezoito do corrente mês de Fevereiro, registada com o número dois mil seiscentos e oitenta e um, a comunicar o resultado das negociações efectuadas com o arrendatário rural dos prédios a que correspondem as parcelas identificadas com os número quatro e dezassete na planta cadastral do respectivo projecto, e a remeter minuta do contrato de indemnização a celebrar com o arrendatário, Manuel Joaquim dos Santos Silva, contribuinte número 123 961 017, da qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo VIII da mesma.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a referida minuta.-----

A Câmara deliberou, com nove votos a favor, aprovar a minuta do Contrato de Indemnização anexa à aludida informação.-----





Ac  
[Handwritten signature]

## 8. OUTROS SUBSÍDIOS

### A) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO ÀS ASSOCIAÇÕES PARTICIPANTES NA INICIATIVA “CANTAR OS REIS”, ORGANIZADA PELA CÂMARA MUNICIPAL.-----

Presente informação de vinte e um de Janeiro findo, da Divisão da Cultura, registada com o número dois mil seiscientos e vinte e dois, a sugerir a atribuição de um subsidio às associações participantes na iniciativa “Cantar os Reis”, organizada pela Câmara Municipal, e que teve lugar nos dias oito e nove de Janeiro findo.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir, a cada uma das associações abaixo identificadas, um subsidio no montante de 300 € (trezentos euros) referente à sua participação na iniciativa “Cantar os Reis”:-----

- Rancho Folclórico de Santa Eulália de Lamelas-----
- Grupo Folclórico de Santa Cristina do Couto-----
- Grupo Folclórico Infantil e Juvenil da Ermida- Santa Cristina do Couto-----
- Grupo Folclórico de S. Martinho do Campo-----
- Grupo Etnográfico das Aves-----
- Rancho Folclórico de S. Mamede de Negrelos-----
- Rancho Folclórico de S. Tiago de Rebordões-----
- Rancho Folclórico de S. Salvador de Monte Córdova-----
- Rancho Folclórico de S. Pedro de Roriz-----
- Rancho Típico de Santa Maria da Reguenga-----
- Associação Recreativa do Areal-----
- Rancho Etnográfico de Santa Maria de Negrelos – Roriz-----
- Rancho Santo André (Vila das Aves)-----
- Grupo Folclórico Santo André (Vila das Aves)-----
- Rancho Folclórico Rosas de S. Miguel de Vilarinho.-----





Reunião : ORDINÁRIA

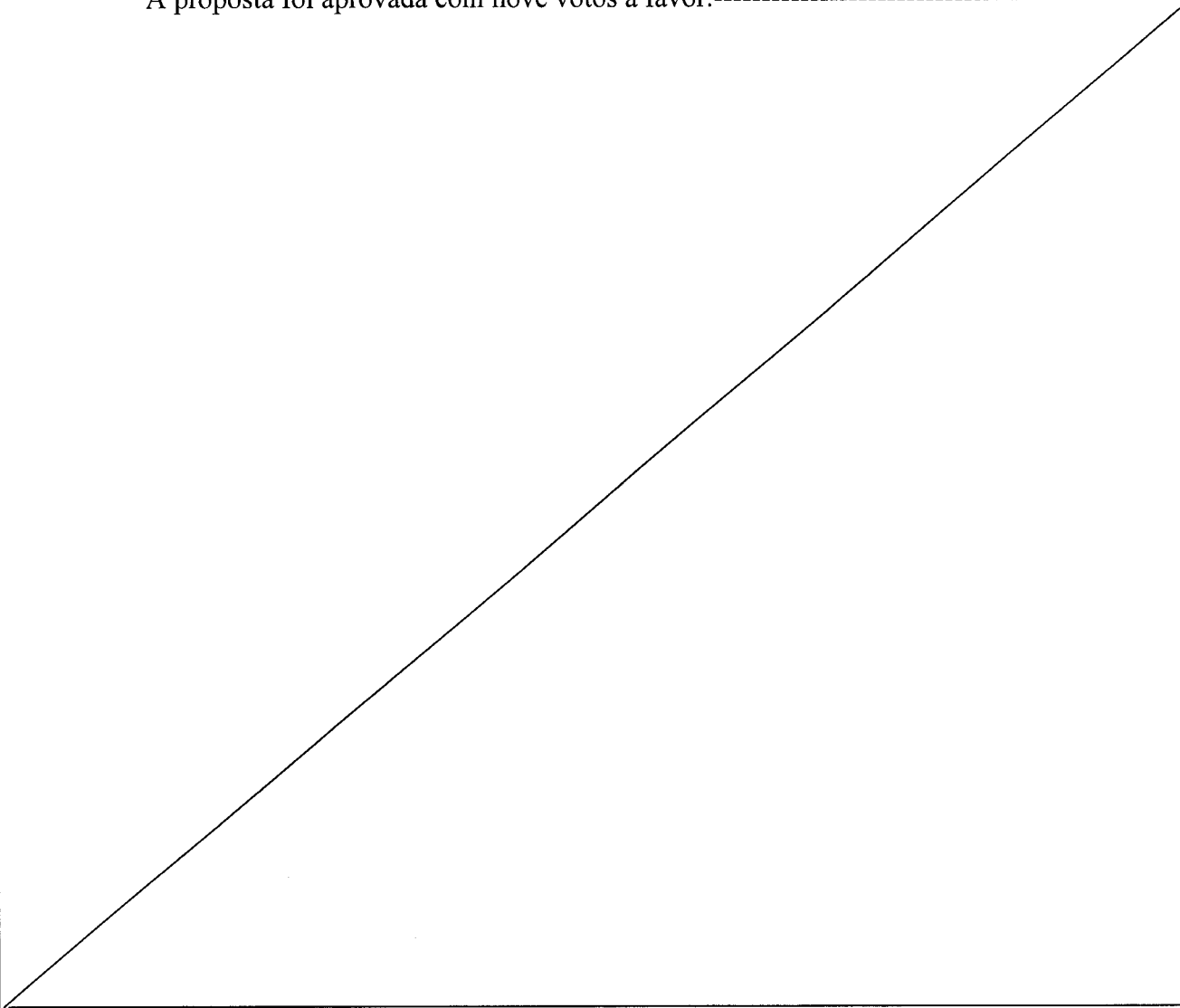
Câmara Municipal de Santo Tirso

47

- Grupo Etnográfico de S. Paio de Guimarei.-----

Da proposta resulta uma despesa no montante global de 4.800,00 € (quatro mil e oitocentos euros), que será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 382, de um do corrente mês de Fevereiro.-----

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----





4

**8. B) CAMPEONATO CONCELHIO DE PESCA DESPORTIVA DE RIO:  
PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO À ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA “ÁGUIAS  
FUTEBOL CLUBE – S. SALVADOR DO CAMPO”, ENTIDADE ORGANIZADORA-----**

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que o Campeonato Concelhio de Pesca Desportiva de Rio, uma iniciativa desta Câmara Municipal, envolveu cerca de duas centenas de participantes, provenientes das diversas colectividades do concelho, ligadas à pesca desportiva;-----

Considerando que este campeonato se desenrolou ao longo de três provas para o escalão sénior e contou com a realização de uma prova extra destinada aos escalões jovens;-----

Considerando que, na presente edição, a organização coube à associação desportiva “ÁGUIAS FUTEBOL CLUBE – S. SALVADOR DO CAMPO”, que demonstrou empenho e dedicação na preparação e acompanhamento do Campeonato;-----

Considerando que a organização do Campeonato acarretou diversas despesas, nomeadamente com a marcação dos pesqueiros e respectiva preparação das provas;-----

Considerando as competências da Câmara previstas nas alíneas a) e b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro;-----

Proponho, a atribuição de um subsídio no montante de 850,00 € (oitocentos e cinquenta euros) à associação desportiva denominada ÁGUIAS FUTEBOL CLUBE – S. SALVADOR DO CAMPO”, para ajudar a custear as despesas com a organização do Campeonato Concelhio de Pesca Desportiva de Rio/2009.-----

As despesas com a presente proposta serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 639, de 22 do corrente mês de Fevereiro.-----

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----



47

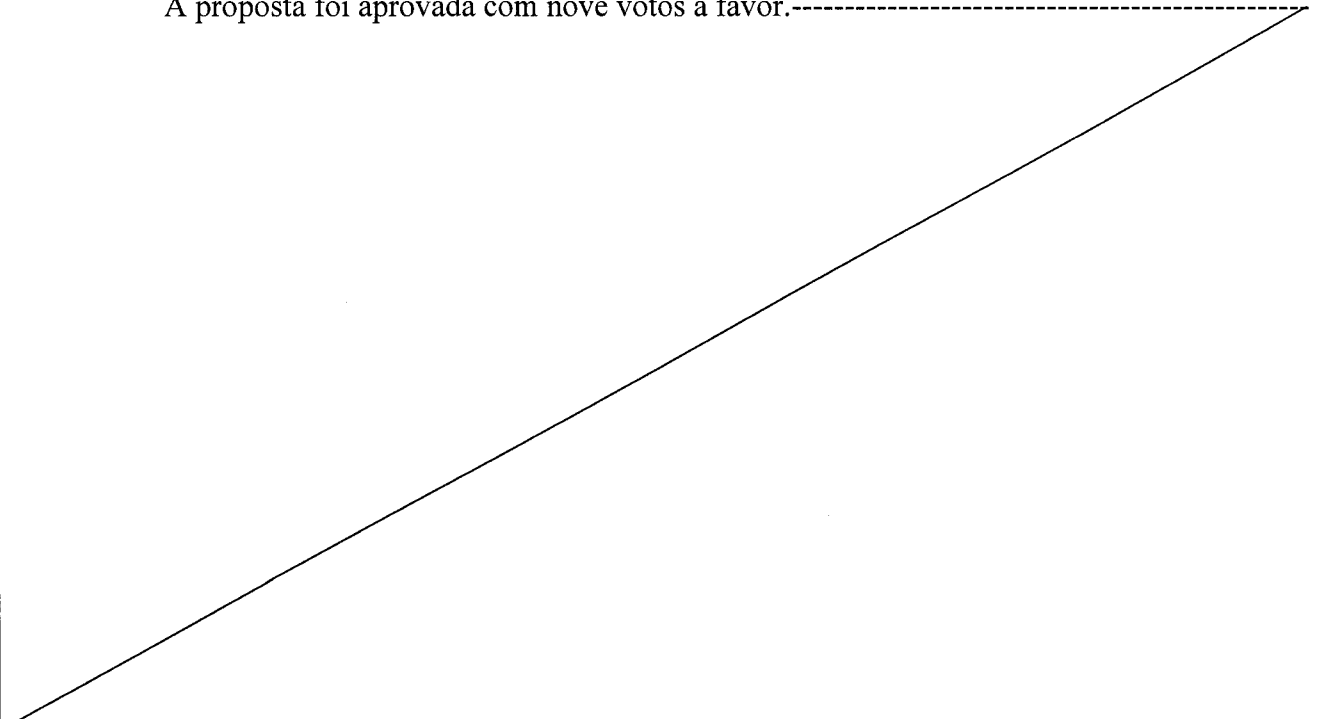
**8. C) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DO CARNAVAL DE S. TOMÉ DE NEGRELOS-----**

Presente ofício de quatro de Novembro último, da Associação do Carnaval de S. Tomé de Negrelos, pessoa colectiva número 506 112 250, registado com o número quinze mil quatrocentos e oitenta e sete, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a organização do Carnaval da Vila de S. Tomé de Negrelos.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à associação acima identificada, um subsídio no montante de 1 100,00 € (mil e cem euros) para ajudar a custear as despesas com a organização dos festejos de Carnaval da Freguesia de S. Tomé de Negrelos, promovidos por aquela associação.-----

A despesa resultante desta proposta será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 616, de dezanove do corrente mês de Fevereiro.-----

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----





47

**8. D) À COMISSÃO ORGANIZADORA DO CARNAVAL DE FONTÃO, RORIZ----**

Presente ofício de nove de Novembro último, da Comissão do Carnaval de Fontão, Roriz, registado com o número quinze mil quinhentos e trinta e seis, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a realização do cortejo carnavalesco que teve lugar no dia dezasseis do corrente mês de Fevereiro, na freguesia de Roriz.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que o cortejo de Carnaval da freguesia de Roriz é já uma tradição concelhia, que atrai àquela freguesia um elevado número de visitantes;-----

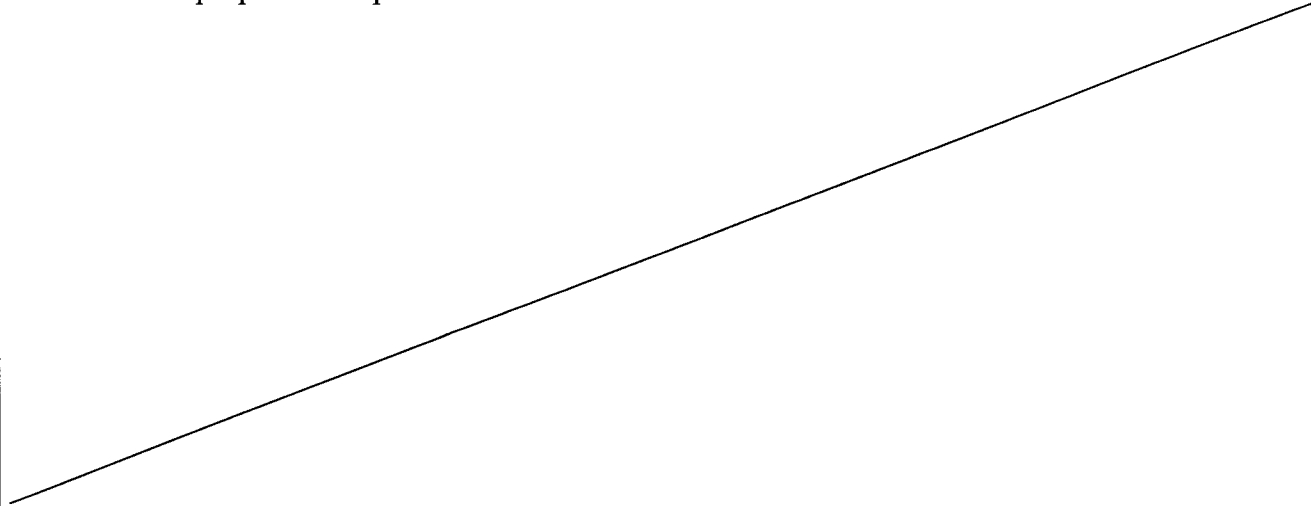
Considerando que este tipo de eventos deve ser apoiado pela Câmara Municipal;-----

Considerando que a sua realização só é possível devido ao trabalho voluntarioso de comissões que anual e especialmente se constituem para esse efeito;-----

Considerando a competência prevista na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, proponho que a Câmara delibere atribuir à referida Comissão, representada por Maria Inês da Costa e Silva, um subsídio no montante de 1 100,00 € (mil e cem euros).-----

A despesa inerente à presente proposta será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 615, de dezanove do corrente mês de Fevereiro.-----

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----





**8. E) SUBSÍDIO ANUAL A ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS / 2009.**

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta:

Considerando o trabalho desenvolvido no plano desportivo pelas Associações Desportivas do concelho de Santo Tirso;

Considerando o facto de a Câmara Municipal atribuir, anualmente, subsídios às colectividades desportivas para as ajudar a fazer face às despesas que têm com as suas actividades ao longo do ano;

PROPONHO:

A atribuição dos seguintes subsídios anuais às colectividades abaixo mencionadas:

Amadores de Pesca de Vila das Aves - Vila das Aves	375,00 €
(trezentos e setenta e cinco euros)	
Associação Cicloturismo os Tirsenses – Santo Tirso	150,00 €
(cento e cinquenta euros)	
Associação Desportiva Recreativa Cultural Monte da Torre – Areias	1500,00 €
(mil e quinhentos euros)	
Associação Recreativa Sequeirô – Sequeirô	900,00 €
(novecentos euros)	
Centro Recreativo Popular Juventude de Água Longa – Água Longa	1750,00 €
(mil setecentos e cinquenta euros)	
Clube Pesca de Competição Casa Matias – S.Tomé Negrelos	375,00 €
(trezentos e setenta e cinco euros)	
Grupo Columbófilo Tirsense – Santo Tirso	375,00 €
(trezentos e setenta e cinco euros)	
Monte Córdova Futebol Clube – Monte Córdova	900,00 €
(novecentos euros)	



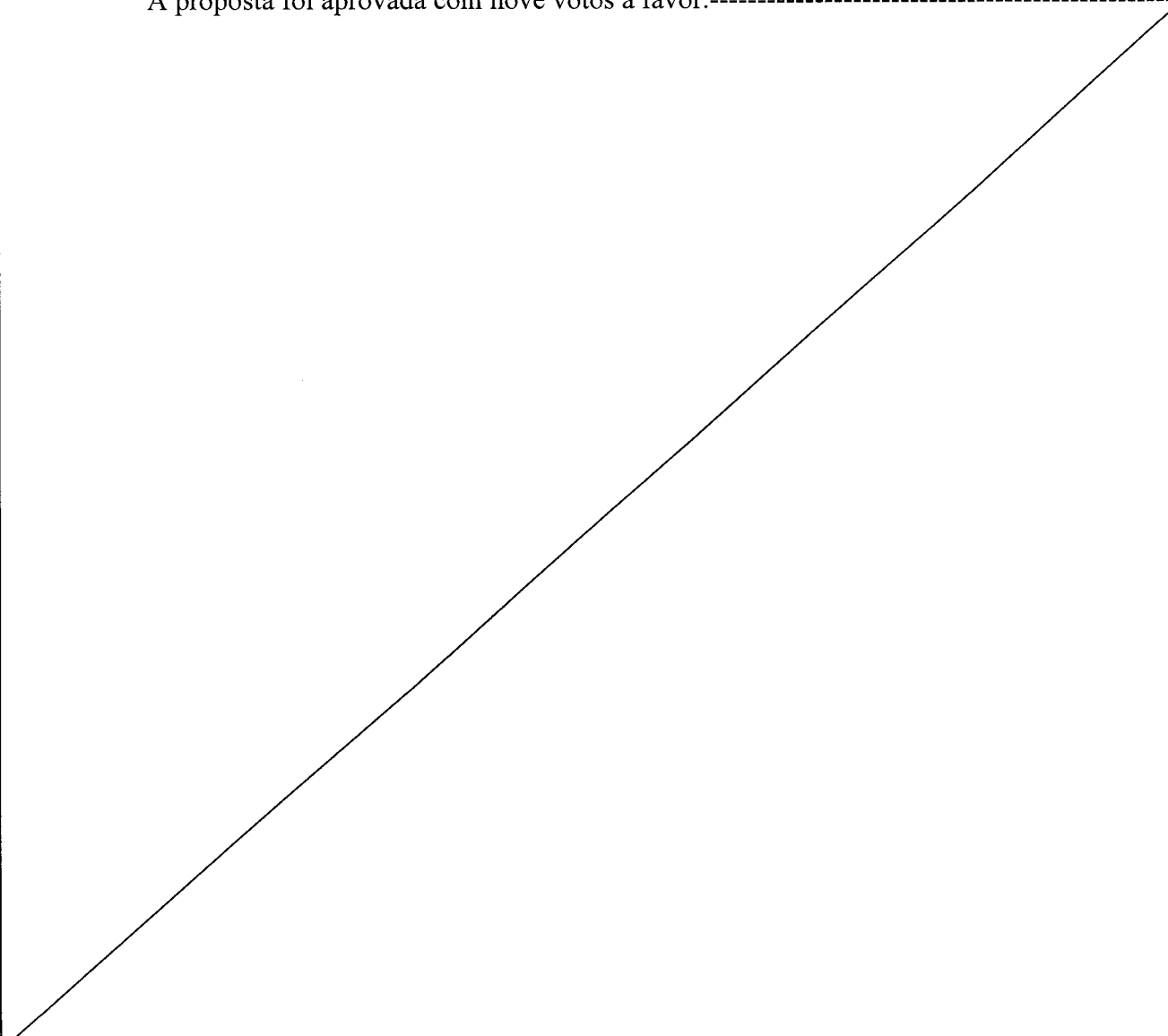
Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

47

Sociedade Recreativa Rebordoense – Rebordões-----375,00 €  
(trezentos e setenta e cinco euros)-----  
CNE- Vila das Aves - Agrupamento – 004 – Vila das Aves-----300,00 €  
(trezentos euros)-----  
Movimento Ecológico Baden Powell –Vilarinho-----450,00 €  
(quatrocentos e cinquenta euros)-----

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----





Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

7

Finda a discussão e votação dos assuntos previamente incluídos na ordem do dia da presente reunião, o Senhor Presidente propôs, ao abrigo do disposto no artigo 83º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que o executivo camarário reconhecesse a urgência de deliberação imediata sobre o seguintes assuntos:-----

- **Candidatura apresentada pelo município no âmbito do Fundo Social Europeu – Tipologia 2.1 – Reconhecimento, Validação e Certificação de competências, para o funcionamento do Centro Novas Oportunidades nos anos de 2010 e 2011: Aceitação das condições da decisão de aprovação.**-----

- **Candidatura apresentada pelo município ao fundo comunitário FEDER – “Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos”: Contrato de Financiamento celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte e o município de Santo Tirso: Ratificação.**-----

- **Candidatura apresentada pela autarquia ao “Sistema de Apoio à Modernização Administrativa” – Balcão Único: Ratificação do Contrato de Financiamento no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte, celebrado entre a Área Metropolitana do Porto e o Município de Santo Tirso.**-----

- **Contrato de Empreitada: “PRU – Percurso nas Margens do Ave – Renaturalização e Requalificação da Frente do Rio em Santo Tirso”: Decisão de contratar e aprovação das peças do procedimento.**-----

A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes na reunião, reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre o referido assunto, o qual passa a constituir os subsequentes quatro pontos da presente acta.-----



**9. CANDIDATURA APRESENTADA PELO MUNICÍPIO NO ÂMBITO DO FUNDO SOCIAL EUROPEU – TIPOLOGIA 2.1 – RECONHECIMENTO, VALIDAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, PARA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO NOVAS OPORTUNIDADES NOS ANOS DE 2010 E 2011: ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA DECISÃO DE APROVAÇÃO.-----**

Presente ofício da Agência Nacional para a Qualificação, I.P., de vinte e oito de Janeiro findo , registado com o número dois mil e noventa e seis, a comunicar que foi aprovada a candidatura acima referida (projecto 028407/2010/21), devendo a câmara municipal, de harmonia com o previsto no artigo 29º do Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, de dez de Dezembro, devolver o respectivo termo de aceitação.-----

A candidatura apresenta um valor elegível total de 808.562,07 € (oitocentos e oito mil quinhentos e sessenta e dois euros e sete cêntimos), que serão comparticipados a 70% pelo POPH, o que representa um financiamento de 565.993,45 € (quinhentos e sessenta e cinco mil novecentos e noventa e três euros e quarenta e cinco cêntimos), sendo a contrapartida da autarquia de 242.568,62 € (duzentos e quarenta e dois mil quinhentos e sessenta e oito euros e sessenta e dois cêntimos) a dividir equitativamente pelos anos de dois mil e dez e dois mil e onze.-----

Na presente candidatura está previsto a contratação de um coordenador, quatro Técnicos RVC, 1 Técnico Superior, dois administrativos e cinco Formadores a tempo inteiro. Encontram-se igualmente consideradas as despesas de funcionamento do centro, publicidade ao CNO e despesas eventuais com a alimentação e transporte dos formandos.-----

Os valores propostos comportam a totalidade da despesa de funcionamento do CNO nos anos de dois mil dez e dois mil onze, de acordo com o histórico financeiro dos últimos anos.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara municipal deliberasse ratificar a sua decisão de apresentação, pelo município, da candidatura em causa, que foi aprovada em catorze de Janeiro findo, e deliberasse aceitar as condições de aprovação da mesma, nos termos que constam da Decisão de





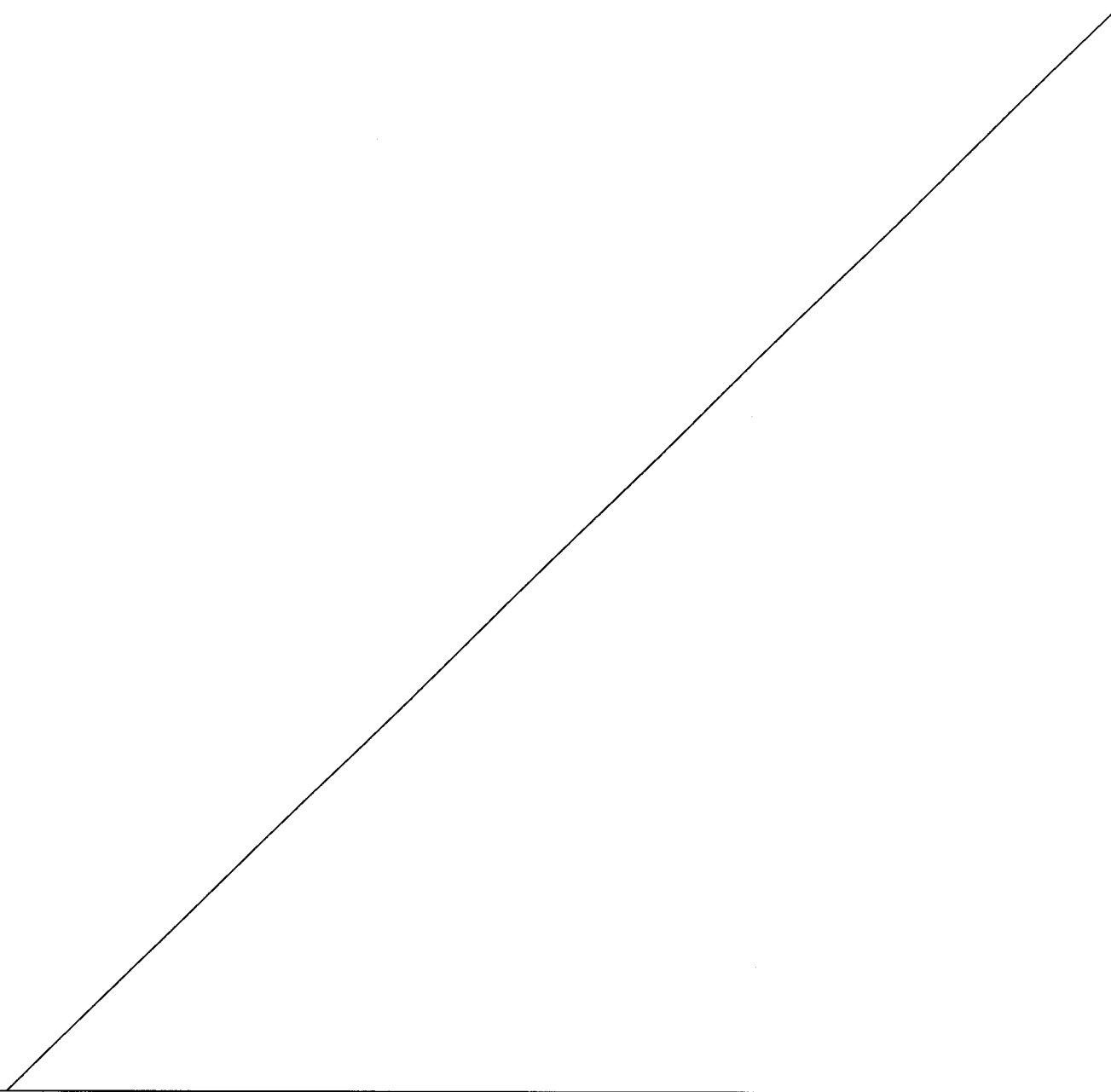
Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

7

Aprovação e Termo de Aceitação da Decisão de Aprovação, de que se juntam cópias à presente acta e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes seis folhas.-----

A Câmara deliberou, com nove votos a favor, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente.-----





# **DECISÃO DE APROVAÇÃO** (Emitido em Duplicado)



**Nº e Título do Projecto:** 028407/2010/21 - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências  
**Entidade Beneficiária:** 501306870 - MUNICIPIO DE SANTO TIRSO

## **Resumo do Projecto**

		Solicitado	A Aprovar					
Nº de Candidatos Vertente Profissional:								
Inscritos:		0	0					
Em diagnóstico:		0	0					
Em processo de reconhecimento:		0	0					
Nº de Candidatos Vertente Escolar:								
Inscritos:								
Nível Escolaridade Básica:		800	961					
Nível Escolaridade Secundária:		800	576					
Em diagnóstico:								
Nível Escolaridade Básica:		720	865					
Nível Escolaridade Secundária:		720	720					
Em processo de reconhecimento:								
Nível Escolaridade Básica:		605	605					
Nível Escolaridade Secundária:		260	260					
Nº de Candidatos Vertentes Prof/Escolar Simultâneo:								
Inscritos:								
Nível Escolaridade Básica:		0	0					
Nível Escolaridade Secundária:		0	0					
Em diagnóstico:								
Nível Escolaridade Básica:		0	0					
Nível Escolaridade Secundária:		0	0					
Em processo de reconhecimento:								
Nível Escolaridade Básica:		0	0					
Nível Escolaridade Secundária:		0	0					
Elementos Afectos à Equipa Técnica: (Valores Solicitados)	Direcção/Coordenação	Profissionais RVC	Formadores	Técnicos Superiores	Administrativos	Tutores RVC	Avaliadores RVC	Total
	Pessoal Externo:	0	0	0	0	0	0	0
	Pessoal Interno Permanente:	1	4	5	2	3	0	15
	Pessoal Interno Eventual:	0	0	3	0	0	0	3
	Total	1	4	8	2	3	0	18
Elementos Afectos à Equipa Técnica: (Valores A Aprovar)	Direcção/Coordenação	Profissionais RVC	Formadores	Técnicos Superiores	Administrativos	Tutores RVC	Avaliadores RVC	Total
	Pessoal Externo:	0	0	0	0	0	0	0
	Pessoal Interno Permanente:	1	4	5	1	2	0	13
	Pessoal Interno Eventual:	0	0	0	0	0	0	0
	Total	1	4	5	1	2	0	13

Pag. 1



## **DECISÃO DE APROVAÇÃO**



(Emitido em Duplicado)

**Nº e Título do Projecto:** 028407/2010/21 - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências  
**Entidade Beneficiária:** 501306870 - MUNICIPIO DE SANTO TIRSO

## Resumo da componente Formação

	Solicitado	A Aprovar
<b>Nº Total de Formandos:</b>		
Vertente Profissional:	0	0
Vertente Escolar:		
Nível Escolaridade Básica:	605	605
Nível Escolaridade Secundário:	260	260
Vertente Profissional/Escolar Simultâneo:		
Nível Escolaridade Básica:	0	0
Nível Escolaridade Secundário:	0	0
<b>Volume de Formação:</b>		
Vertente Profissional:	0	0
Vertente Escolar:		
Nível Escolaridade Básica:	26300	30250
Nível Escolaridade Secundário:	13000	13000
Vertente Profissional/Escolar Simultâneo:		
Nível Escolaridade Básica:	0	0
Nível Escolaridade Secundário:	0	0
<b>Horas de Monitoragem:</b>	4583	4583

## Estrutura de Financiamento/ Ano Civil

Anos	2010	2011	Total	Percentagem %
Contribuição FSE	282 996.72	282 996.73	565 993.45	70.00
Contribuição Pública Nacional	121 284.31	121 284.31	242 568.62	30.00
Orçamento da Segurança Social (OSS)	0.00	0.00	0.00	0.00
Outra	121 284.31	121 284.31	242 568.62	30.00
Financiamento Público	404 281.03	404 281.04	808 562.07	100.00
Contribuição Privada	0.00	0.00	0.00	0.00
Receitas	0.00	0.00	0.00	0.00
TOTAL	404 281.03	404 281.04	808 562.07	100.00

Financiamento Público / Custo Total (%) (Taxa de co-financiamento): 100%



**DECISÃO DE APROVAÇÃO**  
(Emitido em Duplicado)

**Nº e Título do Projecto:** 028407/2010/21 - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências  
**Entidade Beneficiária:** 501306870 - MUNICIPIO DE SANTO TIRSO

Estrutura de Custos

Rubrica	Montante Solicitado	Montante Aprovado	Taxa de Aprovação %
<b>1. Encargos com Formandos</b>	3 189.26	3 189.26	100.00
1.1 Alimentação	369.36	369.36	100.00
1.2 Alojamento	0.00	0.00	0.00
1.3 Transportes	224.90	224.90	100.00
1.4 Outros Custos	2 595.00	2 595.00	100.00
<b>2. Encargos com Pessoal afecto ao projecto</b>	727 918.31	712 598.60	97.90
2.1 Remunerações	570 078.88	570 078.88	100.00
2.1.1 Coordenadores	53 826.36	53 826.36	100.00
2.1.2 Formadores	221 072.60	221 072.60	100.00
2.1.3 Outro Pessoal	295 179.92	295 179.92	100.00
2.2. Outros Encargos	157 839.43	142 519.72	90.29
<b>3. Rendas, Alugueres e Amortizações</b>	73 806.64	40 324.41	54.64
<b>4. Enc. directos com a prep., des., acomp. e aval.</b>	70 000.00	38 244.68	54.64
<b>5. Encargos gerais do projecto</b>	26 000.00	14 205.12	54.64
<b>Total</b>	<b>900 914.21</b>	<b>808 562.07</b>	<b>89.75</b>

Modalidade de financiamento

Modalidade de financiamento dos custos indirectos: Regime de custos reais

Data

28-01-2010

Por delegação da Autoridade de Gestão

*Maria do Carmo Gomes*

Pag. 3



**TERMO DE ACEITAÇÃO DA DECISÃO DE APROVAÇÃO**  
(Emitido em Duplicado)

**Nº e Título do Projecto:** 028407/2010/21 - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências  
**Entidade Beneficiária:** 501306870 - MUNICIPIO DE SANTO TIRSO

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, de 10 de Dezembro, declara-se que se tomou conhecimento da decisão de aprovação referente ao pedido acima indicado e que a mesma é aceite nos seus precisos termos, obrigando-se, por esta via, ao seu integral cumprimento;

2. Declara-se que se assume o compromisso de respeitar as disposições legislativas e regulamentares respeitantes à apresentação do pedido de alteração, bem como as relativas à contratação de outra(s) entidade(s) para a realização do pedido, nos termos do artigo 20.º do Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, de 10 de Dezembro, sob pena de redução do financiamento correspondente ao projecto em causa;

3. Mais se declara:

a) que os apoios serão utilizados com rigoroso respeito pelas disposições legislativas, regulamentares, comunitárias e nacionais, aplicáveis;

b) que se tem perfeito conhecimento de que a condenação em processo crime ou contra-ordenacional por violação da legislação sobre o trabalho de menores e discriminação no trabalho e emprego, nomeadamente em função do sexo, da deficiência e da existência de risco agravado de saúde é inibidora do acesso ao financiamento do FSE pelo prazo de 2 anos, salvo se da sanção aplicada no âmbito desse processo, resultar prazo superior, caso em que se aplica este último;

c) que se assume o compromisso de organizar e manter permanentemente actualizados os processos contabilístico e técnico-pedagógico, previstos, respectivamente, nos artigos 31.º e 32.º do citado Decreto Regulamentar, disponibilizando-os, em qualquer momento, para consulta das entidades legalmente autorizadas a fazê-lo;

d) que se tem perfeito conhecimento de que, sendo a entidade formadora, só excepcionalmente poderá contratar a prestação de serviços a outra(s) entidade(s) certificada(s) para a realização da formação e apenas nos casos em que o seu perfil de certificação seja manifestamente insuficiente para a realização integral do projecto;

e) que se assume o compromisso de, sempre que as acções sejam realizadas por terceira entidade, fazer constar, no contrato de prestação de serviços, a exigência de organização documental definida nos artigos 31.º e 32.º do mencionado Decreto Regulamentar, bem como o dever de sujeição a acções de verificação, auditoria e avaliação por parte das autoridades de gestão e de controlo do FSE;

f) que se assume o compromisso de fornecer, à autoridade de gestão ou em quem esta delegar, informação sobre a execução física e financeira do projecto, com a periodicidade pela mesma definida;

g) que se tem perfeito conhecimento de que, no caso dos pedidos plurianuais, deverá ser apresentado, até 15 de Fevereiro de cada ano, informação anual de execução, reportada a 31 de Dezembro do ano anterior, sobre a execução física e financeira da candidatura, de acordo com o estipulado no nº 6 do artigo 40º do citado Decreto Regulamentar;

Pag. 4

UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Social Europeu

PROGRAMA COMUNITÁRIO: POTENCIAL HUMANO

**TERMO DE ACEITAÇÃO DA DECISÃO DE APROVAÇÃO**  
(Emitido em Duplicado)

**Nº e Título do Projecto:** 028407/2010/21 - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências  
**Entidade Beneficiária:** 501306870 - MUNICIPIO DE SANTO TIRSO

h) que se tem perfeito conhecimento de que, no caso de pedidos plurianuais, a não execução integral ou a execução superior do financiamento aprovado para o 1º ano civil, implica, respectivamente, a transição automática das verbas não executadas para o ano civil seguinte, ou a redução do montante aprovado no ano civil seguinte, sem prejuízo das demais disposições aplicáveis aos pedidos plurianuais;

i) que se tem perfeito conhecimento de que a prestação final de contas, à autoridade de gestão ou a quem esta delegar, e o correspondente pedido de pagamento de saldo final deverão ser impreterivelmente apresentados até 45 dias após a data de conclusão do projecto, sob pena de ser revogada a decisão de concessão do financiamento, conforme se estabelece na al. c) do artigo 44.º do citado Decreto Regulamentar;

j) que se tem perfeito conhecimento de que os pedidos de reembolso e a prestação final de contas deverão ser obrigatoriamente submetidos à apreciação e validação por um técnico oficial de contas (TOC) ou, quando as entidades beneficiárias sejam entidades da Administração Pública, pelo competente responsável financeiro;

l) que se tem perfeito conhecimento das obrigações decorrentes do recebimento indevido de verbas, designadamente quanto aos prazos para efectuar as restituições ao IGFSE, I.P. e ao pagamento, em caso de incumprimento, de juros de mora, como se prevê no n.º 3 do artigo 45.º do Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007;

m) que se tem perfeito conhecimento de que, em caso de revogação da decisão de aprovação da candidatura, independentemente da respectiva causa, se obriga a restituir os montantes recebidos, acrescidos de juros calculados à taxa legal nos termos do n.º 6 do citado artigo 45.º;

n) que se tem perfeito conhecimento de que, nos termos conjugados do disposto nos artigos 33.º e 41.º do Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, a decisão sobre o pedido de pagamento do saldo final pode ser revista até 31 de Dezembro de 2020, com fundamento, nomeadamente, em auditoria contabilístico-financeira, assumindo o compromisso de, até esta data, conservar e manter à disposição das autoridades comunitárias e nacionais todos os documentos que integram os processos contabilístico e técnico-pedagógico;

o) que se tem perfeito conhecimento de que nos locais onde decorre o projecto deverão ser afixados cartazes contendo a publicitação do financiamento pelo FSE e pelo Estado Português e as insígnias nacional e da União Europeia, que deverão constar, também, nomeadamente nos anúncios publicados ou editados por qualquer meio de comunicação, nas capas ou contracapas de materiais documentais, tais como estudos e recursos técnico-pedagógicos e manuais, nos diplomas ou certificados de frequência da acção de formação, nos seminários, workshops, acções de formação ou outros eventos, bem como nas infra-estruturas, sob pena de redução do financiamento determinada em função da gravidade do incumprimento conforme previsto na al. i) do artigo 43.º do Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007;

p) que se tem perfeito conhecimento de que a recusa por parte das entidades beneficiárias de submissão ao controlo a que estão legalmente sujeitas constitui fundamento de revogação da decisão de aprovação da candidatura, ficando condicionado o acesso a apoios do FSE, nos 2 anos subsequentes, à prestação de garantia bancária nos termos previstos no n.º 5 do artigo 17.º do Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007;

Pag. 5



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Social Europeu



PROCURAÇÃO POTENCIAL HUMANO

**TERMO DE ACEITAÇÃO DA DECISÃO DE APROVAÇÃO**  
(Emitido em Duplicado)

Ac  
7

**Nº e Título do Projecto:** 028407/2010/21 - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências  
**Entidade Beneficiária:** 501306870 - MUNICIPIO DE SANTO TIRSO

q) que se tem perfeito conhecimento de que o desrespeito dos normativos aplicáveis, designadamente os que se referem à contratação pública, determina a aplicação do princípio da redução proporcional do financiamento, em função da gravidade do incumprimento, conforme estabelecido na al. n) do artigo 43.º do Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007;

r) que se tem perfeito conhecimento de que, ao abrigo do disposto na al. b) do artigo 30.º deste Decreto Regulamentar, a não devolução do presente Termo de Aceitação no prazo de 15 dias previsto no n.º 1 do artigo 29.º do mesmo diploma legal, determina a caducidade da decisão de aprovação da candidatura, salvo quando seja apresentado motivo justificativo aceite pela autoridade de gestão ou por quem esta delegar;

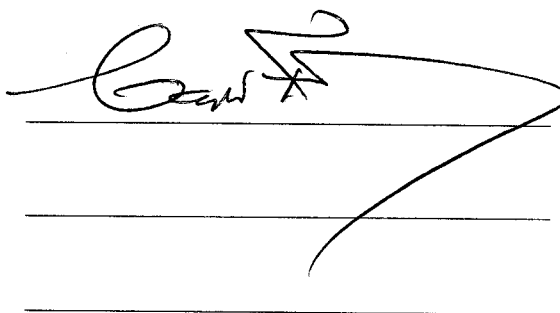
s) que se tem perfeito conhecimento de que os pagamentos estão condicionados aos fluxos financeiros comunitários e que nenhum pagamento será efectuado sem prévia comprovação da situação regularizada perante a Fazenda Pública e a Segurança Social;

t) que é titular da conta aberta no Banco Caixa Geral dos Depósitos

NIB 003507320005359513074, para a qual deverão ser transferidos os pagamentos dos apoios financeiros concedidos no âmbito da presente candidatura.

Data 2010 / 02 / 15

Os Responsáveis (1),(2)



(1) Assinatura de quem tenha capacidade para obrigar a entidade, reconhecida nessa qualidade e com poderes para o acto. Quando se trate de organismos da Administração Pública deverá ser assinado por quem tenha competência para o efeito, devendo ser aposto o respectivo selo branco sobre a assinatura.

(2) Rubrica a autenticar todas as folhas deste documento incluindo anexos.

Pag. 6



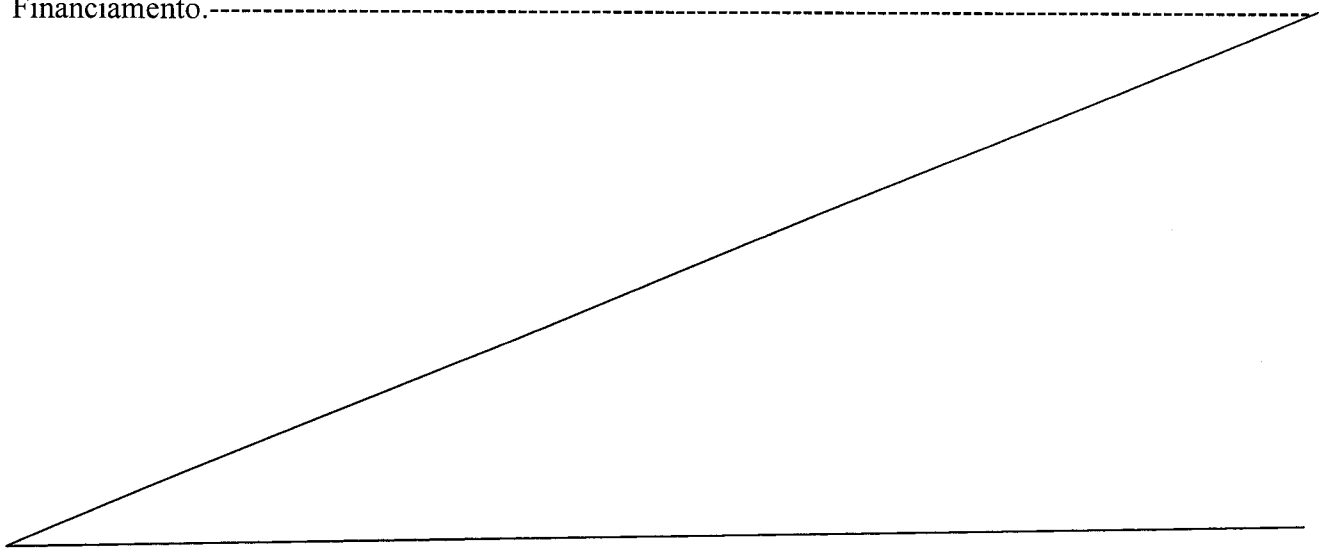
47

**10. CANDIDATURA APRESENTADA PELO MUNICÍPIO AO FUNDO COMUNITÁRIO FEDER – “PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS”: CONTRATO DE FINANCIAMENTO CELEBRADO ENTRE A AUTORIDADE DE GESTÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE E O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO: RATIFICAÇÃO.**-----

Presente ofício da Comissão Directiva do Programa Operacional Regional do Norte, de oito do corrente mês de Fevereiro, registado com o número dois mil quinhentos e noventa e três, a comunicar que a Autoridade de Gestão do PO Regional do Norte decidiu, em reunião de vinte e quatro de Novembro último, aprovar a candidatura acima referida (Processo NORTE-03-0137-FEDER-000008).-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse ratificar o respectivo Contrato de Financiamento, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes nove folhas, que tem por objecto a concessão de uma comparticipação financeira do FEDER, no montante de 70% do custo elegível, correspondente a 84.760,89 € (oitenta e quatro mil setecentos e sessenta euros e oitenta e nove cêntimos), destinada a financiar a Operação designada por “Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos”.-----

A câmara deliberou, com nove votos a favor, ratificar o aludido Contrato de Financiamento.-----





**Contrato de Financiamento**  
**no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2)**

Considerando:

O disposto na alínea r) do n.º 2 do artigo 46º do DL 312/2007, de 17/09, alterado e republicado pelo DL 74/2008 de 22/04; o artigo 19.º do 'Regulamento Geral do FEDER e do Fundo de Coesão'; o Regulamento Específico "Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais" e o competente Aviso de Abertura n.º RNT/02/2009 - Acções Imateriais - Municipal divulgado no site [www.novonorte.gren.pt](http://www.novonorte.gren.pt) aos 7 dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e nove (alterado pela Orientação Técnica n.º 2, de 16 de Fevereiro de 2009).

No dia três do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dez, entre

**PRIMEIRO OUTORGANTE:** Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2), sediada na Rua Rainha D. Estefânia, n.º 251 - 4150-304 Porto, representada pelo Vogal Executivo com competência delegada Eng.º Carlos Manuel Duarte de Oliveira, portador do Bilhete de Identidade 3601272, emitido em 08/04/2008, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, que outorga na qualidade de Vogal da Comissão Directiva, adiante designado por Autoridade de Gestão,

**SEGUNDO OUTORGANTE:** Município de Santo Tirso com sede na Praça 25 de Abril, 4780-373 Santo Tirso, NIPC 501 306 870, representado pelo Eng. António Alberto de Castro Fernandes portador do Cartão de Cidadão nº 02873162 OZZ6, válido até \_\_\_\_ . \_\_\_\_ . 20\_\_, no uso dos poderes que legalmente lhe foram conferidos para este acto, ou pelo seu substituto legal, adiante designado por Beneficiário,

é celebrado, o presente **CONTRATO DE FINANCIAMENTO**, para a realização da Operação com o Código NORTE-03-0137-FEDER-000008, designada por "Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos", cujo financiamento foi aprovado no âmbito do Eixo Prioritário III, pela Comissão Directiva em 1 de Fevereiro de 2010, o qual é outorgado, de boa fé, reciprocamente aceite, nos termos da minuta que foi aprovada pela Comissão Directiva do ON.2, regendo-se pela legislação e regulamentação nacional e comunitária aplicáveis, e pelas disposições constantes nas cláusulas seguintes:

CR

### **Cláusula Primeira - (Objecto e Natureza do Contrato)**

O presente contrato tem por objecto a concessão de uma comparticipação financeira do FEDER, destinada a financiar a Operação atrás identificada, no âmbito do ON.2.

### **Cláusula Segunda - (Objectivos e Indicadores de Realização e de Resultado)**

A Operação referida na cláusula anterior tem como objectivos e indicadores de realização e de resultado os descritos no formulário de candidatura e na decisão favorável de financiamento, proferida pela Comissão Directiva do ON.2, em 1 de Fevereiro de 2010 e que fazem parte integrante deste contrato.

### **Cláusula Terceira - (Custo total elegível da Operação e montante da comparticipação financeira)**

1. O custo total elegível da Operação é de **121.086,98 €** (cento e vinte e um mil e oitenta e seis euros e noventa e oito cêntimos), conforme consta da decisão favorável de financiamento tomada pela Autoridade de Gestão.
2. A cobertura financeira da Operação é assegurada da seguinte forma:
  - a) Até ao montante máximo de **84.760,89€** (oitenta e quatro mil setecentos e sessenta euros e oitenta e nove cêntimos) de comparticipação pelo FEDER, correspondente a uma taxa de co-financiamento de 70% (setenta por cento) do custo total elegível da Operação;
  - b) A restante despesa necessária à execução integral da Operação, no montante de **36.326,09€** (trinta e seis mil trezentos e vinte e seis euros e nove cêntimos) é assegurada, através de fontes nacionais, pelo Beneficiário.

### **Cláusula Quarta (Prazo de Execução da Operação)**

1. Sem prejuízo do disposto no Regulamento Específico, o período de execução material e financeira da Operação no ON.2, é de 24 meses a contar da data da celebração do presente contrato.
2. De acordo com o disposto no Regulamento Específico, a Operação referida no número anterior deve ter início no prazo máximo de 180 dias, contados seguidos, após a assinatura do contrato de comparticipação financeira (alínea f), do n.1, do artigo 18º).
3. A verificação do início da Operação será efectuada através da análise e validação do primeiro pedido de pagamento apresentado pelo Beneficiário.

**Cláusula Quinta - (Condições de Pagamento do Financiamento)**

1. Os pagamentos ao Beneficiário da comparticipação FEDER são efectuados nas condições previstas nas alíneas seguintes, com observância do disposto nas Orientações de Gestão emitidas pela Autoridade de Gestão do ON.2, divulgadas no site [www.novonorte.qren.pt](http://www.novonorte.qren.pt), e que se encontrem em vigor à data da apresentação dos pedidos de pagamento:
- a) A título de reembolso, na sequência da confirmação da elegibilidade das despesas constantes dos pedidos de pagamento apresentados, acompanhados de cópias dos documentos de despesa realizada e paga pelo Beneficiário - facturas (ou documentos de valor equivalente), autos de medição dos trabalhos (quando aplicável) e recibos (ou documentos de quitação de valor probatório equivalente) -, cujos originais tenham sido carimbados nos termos definidos na alínea s) do número 1 da cláusula sexta deste contrato, e cópias dos documentos que comprovem o movimento bancário inerente aos pagamentos efectuados;
- b) A título de adiantamento contra-factura, na sequência da confirmação da elegibilidade das despesas constantes dos pedidos de pagamento apresentados, acompanhados de cópias dos documentos de despesa realizada pelo Beneficiário - facturas (ou documentos de valor equivalente) e autos de medição dos trabalhos (quando aplicável), ficando neste caso o Beneficiário obrigado a apresentar à Autoridade de Gestão, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de pagamento da comparticipação, os comprovativos do pagamento integral da despesa que serviu de base ao pagamento do adiantamento contra-factura.
2. Em caso de incumprimento do prazo referido na alínea b) do número anterior, o montante pago ao Beneficiário será objecto de recuperação, havendo lugar ao pagamento de juros incidentes sobre o adiantamento não justificado, nos termos descritos na alínea v) da cláusula sexta. Não serão efectuados pagamentos subsequentes relativos à Operação em causa, nem a outras Operações aprovadas, da responsabilidade do Beneficiário, até à regularização do processo de dívida iniciado.
3. O prazo de apresentação entre pedidos de pagamento, independentemente da forma prevista no n.º 1 desta cláusula não deve ser superior a três meses.
4. Os pedidos de pagamento são formalizados e enviados à Autoridade de Gestão, através da submissão electrónica do respectivo formulário pelo Sistema de Informação do ON.2 (SIGON.2), disponível em [www.novonorte.qren.pt](http://www.novonorte.qren.pt). Ao formulário electrónico são anexadas, de acordo com a modalidade de pagamento adoptada, cópias dos documentos enunciados no número 1 da presente cláusula, devendo os respectivos originais estar carimbados nos termos definidos na alínea s) do número 1 da cláusula sexta deste contrato.
5. Os pagamentos referidos nos números anteriores serão efectuados por transferência bancária para a conta de depósito à ordem do Beneficiário, específica para recebimentos dos co-financiamentos FEDER, com o seguinte NIB **0035.0732.00053089530.85**, conta esta que deve ser mantida até ao final do presente contrato.
6. A Autoridade de Gestão, após a confirmação da elegibilidade das despesas constantes dos documentos que acompanham os pedidos de pagamento, emitirá, no prazo máximo de 15

(quinze) dias, a autorização de pagamento ao Instituto Financeiro de Desenvolvimento Regional (IFDR, IP).

7. O pagamento do montante de financiamento será efectuado pelo IFDR, IP, no prazo de 15 (quinze) dias desde que satisfeitas as seguintes condições:
- a) As disponibilidades de tesouraria;
  - b) A suficiência das informações exigíveis na fundamentação do pedido de pagamento;
  - c) As condições de regularização do Beneficiário;
  - d) A inexistência de suspensão de pagamentos ao Beneficiário ou de transferência à Autoridade de Gestão.
8. Os pagamentos serão efectuados até ao limite de 95% do montante máximo do apoio para a Operação, sendo o pagamento do respectivo saldo (5%) autorizado pela Autoridade de Gestão após a aprovação do Relatório Final de Execução, apresentado pelo Beneficiário e confirmação da execução da Operação nos termos previstos.
9. O IFDR, IP poderá mobilizar o quantitativo de Operações Específicas de Tesouro (OET) para que estiver autorizado pela Lei Orçamental e nos limites da sua capacidade financeira para fazer face aos encargos decorrentes do pagamento do saldo final.

#### **Cláusula Sexta - (Obrigações do Beneficiário)**

1. O Beneficiário obriga-se a:
- a) Executar a Operação nos moldes previstos na decisão favorável de aprovação e, quando aplicável, com as alterações subsequentemente aprovadas.
  - b) Acompanhar, controlar e fiscalizar a execução da Operação e garantir perante a Autoridade de Gestão o cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato.
  - c) Por si, ou através dos seus representantes legais ou institucionais, permitir o acesso aos locais de realização da Operação, e àqueles onde se encontrem os elementos e os documentos necessários, nomeadamente os de despesa, para o acompanhamento, controlo e auditoria.
  - d) Organizar e conservar o dossier da Operação com toda a documentação técnica, contabilística, financeira e das auditorias, que comprova a realização física e financeira da Operação e do seu financiamento, de acordo com a regulamentação em vigor, durante um período de três anos, após o encerramento parcial ou total do Programa, consoante a fase em que o encerramento da Operação tiver sido incluído.
  - e) Proporcionar às entidades nacionais e comunitárias competentes as condições adequadas para o acompanhamento e controlo da Operação nas suas componentes administrativa, financeira, técnica e física.

- f) Não afectar a outras finalidades, os bens e serviços adquiridos no âmbito da Operação, não podendo igualmente os mesmos ser locados, alienados ou por qualquer outro modo onerados, no todo ou em parte, sem prévia autorização.
- g) Manter e comprovar, a todo o tempo, às entidades nacionais e comunitárias de acompanhamento, controlo e auditoria, a existência física e em boas condições de funcionamento e segurança dos bens e equipamentos adquiridos e das obras realizadas para a Operação, bem como manter o registo em inventário de todos os elementos do imobilizado adquirido para a mesma.
- h) Assegurar a existência de um sistema contabilístico separado ou de um código contabilístico adequado para todas as transacções relacionadas com a Operação, de acordo com as normas contabilísticas nacionais.
- i) Fornecer todos os elementos necessários à caracterização e quantificação dos indicadores de realização física e de resultado fixados para a Operação, conforme decisão favorável de financiamento, e assegurar o cumprimento dos mesmos.
- j) Manter a sua situação regularizada perante a administração fiscal e a segurança social.
- k) Garantir o financiamento integral da contrapartida nacional da Operação e das despesas não elegíveis.
- l) Garantir que, para as mesmas despesas, a Operação objecto deste contrato não foi apoiada por outro financiamento comunitário.
- m) Comunicar à Autoridade de Gestão qualquer alteração ou ocorrência relevante que ponha em causa os pressupostos e objectivos que estiveram na base da aprovação da Operação;
- n) Cumprir os normativos legais em matéria de contratação pública aplicáveis, evidenciando, claramente, a articulação entre a despesa declarada e o processo de contratação pública respectivo;
- o) Cumprir os normativos nacionais e comunitários em matéria de ambiente, igualdade de oportunidades e concorrência;
- p) Respeitar as normas estabelecidas nos instrumentos de planeamento e gestão territorial vigentes, quando aplicável.
- q) Possuir os recursos humanos e técnicos necessários à execução e ao acompanhamento da Operação;
- r) Apresentar Relatório Anual de Execução da Operação, reportado a 31 de Dezembro de cada ano, que evidencie a situação acumulada nessa data de execução física e financeira da Operação e dos desvios face ao programado. O referido Relatório deverá ter o conteúdo definido pela Autoridade de Gestão do ON.2 e ser apresentado, imprerivelmente até 15 (quinze) de Fevereiro do ano seguinte a que se reporta. A falta de entrega do Relatório no prazo definido determina a suspensão imediata dos pagamentos da Operação (Só aplicável a operações cujo prazo de execução ultrapasse um ano civil).

- s) Assegurar que os originais dos documentos de despesa relativos à Operação (facturas, recibos ou documentos de valor probatório equivalentes) são objecto de aposição de um carimbo cujo modelo se encontra disponível na Orientação de Gestão 1 (2008), com menção ao ON.2, Fundo FEDER, código da Operação, código da componente, taxa de imputação e valor da despesa a co-financiamento.
- t) Cumprir o prazo de apresentação dos pedidos de pagamento da comparticipação Financeira FEDER, de acordo com o disposto no nº 3 da cláusula quinta do presente contrato.
- u) Apresentar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da conclusão da execução física e do pagamento integral da despesa relativa à Operação, consoante o que ocorrer mais tarde:
- I. O pedido de Pagamento Final da Operação;
  - II. O Relatório Final de Execução da Operação, de acordo com o formulário e nos termos definidos pela Autoridade de Gestão do ON.2
- v) Proceder à reposição de valores decorrentes de correcção financeira, bem como de valores indevidamente pagos ou não justificados, conforme decisão das autoridades nacionais e comunitárias competentes, de acordo com a notificação formal de constituição de dívida que identificará o montante a restituir, o respectivo prazo e a fundamentação da decisão, incluindo a aplicação de juros de mora e de juros compensatórios.
- w) Proceder à publicitação dos apoios que lhe forem atribuídos, respeitando os termos dos artigos 8.º e 9.º do Regulamento (CE) 1828/2006, de 8 de Dezembro, e demais legislação comunitária e nacional aplicável, bem como as normas do ON.2, relativas à publicidade.
- x) Autorizar a Autoridade de Gestão a proceder à divulgação dos apoios concedidos nos termos dos Regulamentos aplicáveis.
2. O Beneficiário obriga-se ainda a cumprir todas as demais disposições do 'Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão' e do 'Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais' do Eixo III do ON.2, onde a Operação se enquadra, que se lhe apliquem.
3. O incumprimento das obrigações previstas nos números anteriores, determina a suspensão de todos os pagamentos de comparticipação comunitária ao Beneficiário, no âmbito deste Programa, até à regularização da situação, salvo nos casos em que a eventual fundamentação invocada venha a ser aceite pela Autoridade de Gestão.
4. Nos termos do artigo 57.º do Regulamento (CE) 1083/2006, de 11 de Julho, a participação dos fundos só fica definitivamente afectada a uma Operação se, no prazo de cinco anos a contar da conclusão da Operação, esta não sofrer qualquer alteração substancial que:
- a) Afecte a sua natureza ou as suas condições de execução ou proporcione uma vantagem indevida a uma empresa ou organismo público, e

- b) Resulte quer de uma mudança na natureza da propriedade de uma infra-estrutura, quer da cessação de uma actividade produtiva.
5. Caso se verifique a alteração substancial referida no número anterior, os montantes indevidamente pagos ao beneficiário são recuperados nos termos dos artigos 98º a 102º do Regulamento (CE) 1083/2006, de 11 de Julho.

**Cláusula Sétima - (Prazo de vigência do contrato)**

O presente contrato começa a produzir efeitos na data da sua assinatura ou na data nele expressa e mantém-se em vigor até ao integral cumprimento de todas as obrigações dele emergentes, nomeadamente o estipulado na alínea a) do n.º 1, no n.º 4 da cláusula sexta e na cláusula oitava.

**Cláusula Oitava - (Alteração contrato)**

1. Sem prejuízo do disposto no Regulamento Específico, o presente contrato pode ser alterado, caso haja necessidade de introduzir modificações de carácter financeiro, temporal, material ou legal na Operação, que tenham sido aprovadas pela Autoridade de Gestão desde que as mesmas não alterem de forma significativa a Operação que foi alvo de aprovação.
2. A alteração identificada no número anterior será objecto de formalização através de Adenda a este contrato, assinada por ambos os outorgantes, incluindo, sempre que tal se revele necessário para melhor explicitação da alteração, a Decisão de Financiamento correspondente.
3. O Beneficiário não pode ceder a sua posição contratual nem subcontratar sem autorização prévia da Autoridade de Gestão.

**Cláusula Nona - (Mora e Rescisão do contrato)**

1. Para além de outras situações previstas em Regulamento Específico, o contrato pode ser rescindido unilateralmente pela Autoridade de Gestão sempre que se verifique, pelo menos, uma das seguintes situações, imputáveis ao Beneficiário:
  - a) Não cumprimento, das obrigações estabelecidas no presente contrato e na legislação aplicável, no âmbito da realização da Operação;
  - b) Não cumprimento das obrigações legais e fiscais;
  - c) Prestação de informações falsas sobre a sua situação ou viciação de dados fornecidos na apresentação e realização da Operação;

- d) Incumprimento da obrigação de registo contabilístico das Despesas e Receitas da Operação, de acordo com as normas contabilísticas em vigor;
- e) Recusa da prestação de informações ou de elementos de prova que forem solicitados pela Autoridade de Gestão;
- f) Explorar ou utilizar para outro fim, locar, alienar ou, por qualquer outro modo, onerar, no todo ou em parte, os empreendimentos comparticipados e os bens de equipamento adquiridos para realização da Operação aprovada, sem prévia autorização da Autoridade de Gestão.
2. A revogação da decisão será tomada em conformidade com o Código do Procedimento Administrativo.
3. A rescisão do contrato de financiamento pela Autoridade de Gestão implica a devolução do apoio financeiro recebido pelo Beneficiário, no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar da data da recepção da notificação de rescisão, findo o qual vencer-se-ão juros de mora à taxa legal em vigor para as dívidas ao Estado.
4. A devolução referida no número anterior pode ser faseada, até ao limite de 3 (três) anos, mediante prestação de garantia bancária e autorização da entidade responsável pela recuperação, vencendo-se juros de mora, à taxa legal em vigor para as dívidas ao Estado, até ao deferimento do pedido de devolução faseada, caso este ocorra após o termo do prazo previsto no número anterior.

#### Cláusula Décima - (Encargos com o Contrato)

1. São da responsabilidade do Beneficiário todas e quaisquer despesas e encargos, nomeadamente de ordem fiscal, que resultarem da celebração, cumprimento ou execução do presente contrato.
2. São ainda da sua conta todas as despesas judiciais e extrajudiciais, incluindo honorários de advogado ou solicitador que a Autoridade de Gestão haja de efectuar para garantir a cobrança de tudo quanto constitua o seu crédito.

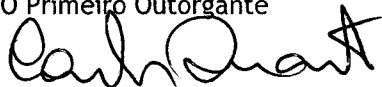
#### Cláusula Décima Primeira - (Disposições Finais)

1. Em tudo o que não estiver expressamente regulado no presente contrato, serão aplicáveis as disposições legais, comunitárias e nacionais vigentes.
2. Para todas as questões emergentes do presente contrato ou da sua execução, é competente o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto.



O presente contrato é assinado em dois exemplares originais, ficando um exemplar na posse da Autoridade de Gestão e outro na posse do Beneficiário.

O Primeiro Outorgante



O Segundo Outorgante



**11. CANDIDATURA APRESENTADA PELA AUTARQUIA AO “SISTEMA DE APOIO À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA” – BALCÃO ÚNICO: RATIFICAÇÃO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO NO ÂMBITO DO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE, CELEBRADO ENTRE A ÁREA METROPOLITANA DO PORTO E O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.**-----

Presente ofício de Área Metropolitana do Porto, de doze do corrente mês de Fevereiro, registado com o número dois mil quinhentos e setenta e dois, a remeter o Contrato de Financiamento acima referido, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo as subsequentes sete folhas.-----

Em anexo consta informação interna registada com o número dois mil oitocentos e noventa e sete.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara municipal deliberasse ratificar o aludido Contrato de Financiamento.-----

A Câmara deliberou, com nove votos a favor, ratificar o aludido Contrato de Financiamento.-----

**Contrato de Financiamento**  
**no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2)**

Considerando:

As competências delegadas pela Autoridade de Gestão do ON.2 na Área Metropolitana do Porto ao abrigo do disposto nos artigos 63º e 64º do DL 312/2007, alterado e republicado pelo DL 74/2008 de 22/04); o artigo 19.º do 'Regulamento Geral do FEDER e do Fundo de Coesão'; o Regulamento Específico "Sistema de Apoios à Modernização Administrativa" e o competente Aviso de Abertura n.º AMP - MGE/2/2009 divulgado no site [www.novonorte.qren.pt](http://www.novonorte.qren.pt) aos 24 dias do mês de Abril de 2009.

No dia doze do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dez, entre

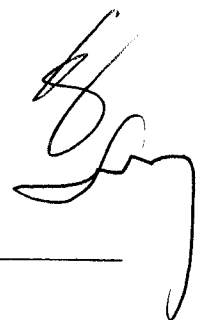
**PRIMEIRO OUTORGANTE:** A Área Metropolitana do Porto, sediada na Av. Dos Aliados 236, 1º, 4000-065 Porto, representada por, Lino Joaquim Ferreira, portador do Cartão de Cidadão n.º 13289001 1ZZ5, que outorga na qualidade de Presidente da Comissão Executiva Metropolitana, cargo para o qual foi designado por deliberação da Junta Metropolitana do Porto a 27 de Novembro de 2009 e ratificada pela Assembleia Metropolitana a 18 de Janeiro de 2010 e na qualidade de representante da AMP como Gestor do PTD na estrutura do QREN nos termos da deliberação de delegação de competências aprovada pela JMP na sua reunião de 29 de Janeiro de 2010, adiante designado por AMP.

**SEGUNDO OUTORGANTE:** Município de Santo Tirso com sede na Praça 25 de Abril 4780-373 SANTO TIRSO, NIPC 501306870, representado por António Alberto de Castro Fernandes, portador do Cartão de Cidadão n.º 02873162 0ZZ6, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, no uso de poderes que legamente lhe foram conferidos, adiante designado por Beneficiário,

é celebrado, o presente **CONTRATO DE FINANCIAMENTO**, para a realização da Operação com o Código NORTE-05-0126-FEDER-000211, designada por "Balcão Único", cujo financiamento que foi aprovado no âmbito do Eixo Prioritário V, pelo Conselho Executivo (Junta Metropolitana) da Área Metropolitana do Porto em 27/11/2009, o qual é outorgado, de boa fé, reciprocamente aceite, nos termos da minuta que foi aprovada pela Comissão Directiva do ON.2, regendo-se pela legislação e regulamentação nacional e comunitária aplicáveis, e pelas disposições constantes nas cláusulas seguintes:

**Cláusula Primeira - (Objecto e Natureza do Contrato)**

O presente contrato tem por objecto a concessão de uma comparticipação financeira do FEDER, destinada a financiar a Operação atrás identificada, no âmbito do ON.2.



**Cláusula Segunda – (Objectivos)**

A Operação referida na cláusula anterior tem como objectivos os descritos no formulário de candidatura e na decisão favorável de financiamento, proferida pelo Conselho Executivo (Junta Metropolitana) da AMP em 27/11/2009 e confirmada pela Autoridade de Gestão do ON.2 em 11/12/2009 e que fazem parte integrante deste contrato.

**Cláusula Terceira - (Custo total elegível da Operação e montante da comparticipação financeira)**

1. O custo total elegível da Operação é de 287059,38€ (duzentos e oitenta e sete mil e cinquenta e nove euros e trinta e oito cêntimos), conforme consta da decisão favorável de financiamento tomada pelo Conselho Executivo (Junta Metropolitana) da AMP e confirmada pela Autoridade de Gestão do ON2 em 11/12/2009.
2. A cobertura financeira da Operação é assegurada da seguinte forma:
  - a) Até ao montante máximo de 172235,63€ (cento e setenta e dois mil, duzentos e trinta e cinco euros e sessenta e três cêntimos) de comparticipação pelo FEDER, correspondente a uma taxa de co-financiamento de 60% (sessenta por cento) do custo total elegível da Operação;
  - b) A restante despesa necessária à execução integral da Operação, no montante de 114823,75€ (cento e catorze mil, oitocentos e vinte e três euros e setenta e cinco cêntimos) é assegurada, através de fontes nacionais, pelo Beneficiário.

**Cláusula Quarta - (Prazo de Execução da Operação)**

1. Sem prejuízo do disposto no Regulamento Específico, o período de execução material e financeira da Operação no ON.2, é de 24 meses a contar da data da celebração do presente contrato.
2. De acordo com o disposto no Regulamento Específico, a Operação referida no número anterior deve ter início no prazo máximo 6 meses a contar da data da celebração do presente contrato.
3. A verificação do início da Operação será efectuada através da análise e validação do primeiro pedido de pagamento apresentado pelo Beneficiário.

**Cláusula Quinta - (Condições de Pagamento do Financiamento)**

1. Os pagamentos ao Beneficiário da comparticipação FEDER são efectuados nas condições previstas nas alíneas seguintes, com observância do disposto nas Orientações de Gestão emitidas pela Autoridade de Gestão do ON.2, divulgadas no site [www.novonorte.qren.pt](http://www.novonorte.qren.pt), e que se encontrem em vigor à data da apresentação dos pedidos de pagamento:
  - a) A título de reembolso, na sequência da confirmação da elegibilidade das despesas constantes dos pedidos de pagamento apresentados, acompanhados de cópias dos documentos de despesa realizada e paga pelo Beneficiário – facturas (ou documentos de valor equivalente), autos de medição dos trabalhos (quando aplicável) e recibos (ou documentos de quitação de valor probatório equivalente) -, cujos originais tenham sido carimbados nos termos definidos na alínea s) do número 1 da cláusula sexta deste contrato, e cópias dos documentos que comprovem o movimento bancário inerente aos pagamentos efectuados;
  - b) A título de adiantamento contra-factura, na sequência da confirmação da elegibilidade das despesas constantes dos pedidos de pagamento apresentados, acompanhados de cópias dos documentos de despesa realizada e paga pelo Beneficiário - facturas (ou documentos de valor equivalente) e autos de medição dos trabalhos (quando aplicável) -, ficando neste caso o Beneficiário obrigado a

apresentar à Autoridade de Gestão, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de pagamento da comparticipação, os comprovativos do pagamento integral da despesa que serviu de base ao pagamento do adiantamento contra-factura.

2. Em caso de incumprimento do prazo referido na alínea b) do número anterior, o montante pago ao Beneficiário será objecto de recuperação, havendo lugar ao pagamento de juros incidentes sobre o adiantamento não justificado, nos termos descritos na alínea v) da cláusula sexta. Não serão efectuados pagamentos subsequentes relativos à Operação em causa, nem a outras Operações aprovadas, da responsabilidade do Beneficiário, até à regularização do processo de dívida iniciado.
3. O prazo de apresentação entre pedidos de pagamento, independentemente da forma prevista no n.º 1 desta cláusula não deve ser superior a três meses.
4. Os pedidos de pagamento são formalizados e enviados à Área Metropolitana do Porto, através da submissão electrónica do respectivo formulário pelo Sistema de Informação do ON.2 (SIGON.2), disponível em [www.novonorte.qren.pt](http://www.novonorte.qren.pt). Ao formulário electrónico são anexadas, de acordo com a modalidade de pagamento adoptada, cópias dos documentos enunciados no número 1 da presente cláusula, devendo os respectivos originais estar carimbados nos termos definidos na alínea s) do número 1 da cláusula sexta deste contrato.
5. Os pagamentos referidos nos números anteriores serão efectuados por transferência bancária para a conta de depósito à ordem do Beneficiário, específica para recebimentos dos co-financiamentos FEDER, com o seguinte NIB 003507320004383523033, conta esta que deve ser mantida até ao final do presente contrato.
6. A Área Metropolitana do Porto, após a confirmação da elegibilidade das despesas constantes dos documentos que acompanham os pedidos de pagamento, emitirá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a autorização de pagamento ao Instituto Financeiro de Desenvolvimento Regional (IFDR, IP).
7. O pagamento do montante de financiamento será efectuado pelo IFDR, IP, no prazo de 15 (quinze) dias desde que satisfeitas as seguintes condições:
  - a) As disponibilidades de tesouraria;
  - b) A suficiência das informações exigíveis na fundamentação do pedido de pagamento;
  - c) As condições de regularização do Beneficiário;
  - d) A inexistência de suspensão de pagamentos ao Beneficiário ou de transferência à Área Metropolitana do Porto.
8. Os pagamentos serão efectuados até ao limite de 95% do montante máximo do apoio para a operação, sendo o pagamento do respectivo saldo (5%) autorizado pela Área Metropolitana do Porto após a aprovação, do Relatório Final apresentado pelo Beneficiário e confirmação da execução da Operação nos termos previstos.
9. O IFDR, IP poderá mobilizar o quantitativo de Operações Específicas de Tesouro (OET) para que estiver autorizado pela Lei Orçamental e nos limites da sua capacidade financeira para fazer face aos encargos decorrentes do pagamento do saldo final.



**Cláusula Sexta - (Obrigações do Beneficiário)****1. O Beneficiário obriga-se a:**

- a) Executar a operação nos moldes previstos na decisão favorável de aprovação e, quando aplicável, com as alterações subsequentemente aprovadas.
- b) Acompanhar, controlar e fiscalizar a execução da operação e garantir perante a Área Metropolitana do Porto o cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato.
- c) Por si, ou através dos seus representantes legais ou institucionais, permitir o acesso aos locais de realização da operação, e àqueles onde se encontrem os elementos e os documentos necessários, nomeadamente os de despesa, para o acompanhamento, controlo e auditoria.
- d) Organizar e conservar o dossier da operação com toda a documentação técnica, contabilística, financeira e das auditorias, que comprova a realização física e financeira da operação e do seu financiamento, de acordo com a regulamentação em vigor, durante um período de três anos, após o encerramento parcial ou total do Programa, consoante a fase em que o encerramento da operação tiver sido incluída.
- e) Proporcionar às entidades nacionais e comunitárias competentes as condições adequadas para o acompanhamento e controlo da operação nas suas componentes administrativa, financeira, técnica e física.
- f) Não afectar a outras finalidades, os bens e serviços adquiridos no âmbito da operação, não podendo igualmente os mesmos ser locados, alienados ou por qualquer outro modo onerados, no todo ou em parte, sem prévia autorização.
- g) Manter e comprovar, a todo o tempo, às entidades nacionais e comunitárias de acompanhamento, o controlo e auditoria, a existência física e em boas condições de funcionamento e segurança dos bens e equipamentos adquiridos e das obras realizadas para a operação, bem como a manter o registo em inventário de todos os elementos do imobilizado adquirido para a mesma.
- h) Assegurar a existência de um sistema contabilístico separado ou de um código contabilístico adequado para todas as transacções relacionadas com a operação de acordo com as normas contabilísticas nacionais.
- i) Fornecer todos os elementos necessários à caracterização e quantificação dos indicadores de realização física e de resultado fixados para a operação, conforme decisão favorável de financiamento, e assegurar o cumprimento dos mesmos.
- j) Manter a sua situação regularizada perante a administração fiscal e a segurança social.
- k) Garantir o financiamento integral da contrapartida nacional da operação e das despesas não elegíveis.
- l) Garantir que, para as mesmas despesas, a operação objecto deste contrato não foi apoiada por outro financiamento comunitário.
- m) Comunicar à Área Metropolitana do Porto qualquer alteração ou ocorrência relevante que ponha em causa os pressupostos e objectivos que estiveram na base da aprovação da operação;
- n) Cumprir os normativos legais em matéria de contratação pública aplicáveis, evidenciando, claramente, a articulação entre a despesa declarada e o processo de contratação pública respectivo;

- o) Cumprir os normativos nacionais e comunitários em matéria de ambiente, igualdade de oportunidades e concorrência;
- p) Respeitar as normas estabelecidas nos instrumentos de planeamento e gestão territorial vigentes, quando aplicável.
- q) Possuir os recursos humanos e técnicos necessários à execução e ao acompanhamento da operação;
- r) Apresentar Relatório Anual de Execução da Operação, reportado a 31 de Dezembro, que evidencie a situação acumulada nessa data de execução física e financeira da operação e dos desvios face ao programado. O referido Relatório deverá ter o conteúdo definido pela Autoridade de Gestão do ON.2 e ser apresentado, impreterivelmente até 15 (quinze) de Fevereiro do ano seguinte a que se reporta. A falta de entrega do Relatório no prazo definido determina a suspensão imediata dos pagamentos da operação (Só aplicável a operações cujo prazo de execução ultrapasse um ano civil).
- s) Assegurar que os originais dos documentos de despesa relativos à operação (facturas, recibos ou documentos de valor probatório equivalentes) são objecto de aposição de um carimbo cujo modelo se encontra disponível na Orientação de Gestão 1/2008, com menção ao ON.2, Fundo FEDER, código da Operação, código da componente, taxa de imputação e valor da despesa a co-financiamento.
- t) Cumprir o prazo de apresentação dos pedidos de pagamento da comparticipação Financeira FEDER, de acordo com o disposto no nº 3 da Cláusula Quinta do presente contrato.
- u) Apresentar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da conclusão da execução física e do pagamento integral da despesa relativa à Operação, consoante o que ocorrer mais tarde:
- I. O pedido de Pagamento Final da Operação;
  - II. O Relatório Final de Execução da Operação, de acordo com o formulário e nos termos definidos pela Autoridade de Gestão do ON.2
- v) Proceder à reposição de valores decorrentes de correcção financeira, bem como de valores indevidamente pagos ou não justificados, conforme decisão das autoridades nacionais e comunitárias competentes, de acordo com a notificação formal de constituição de dívida que identificará o montante a restituir, o respectivo prazo e a fundamentação da decisão, incluindo a aplicação de juros de mora e de juros compensatórios.
- w) Proceder à publicitação dos apoios que lhe forem atribuídos, respeitando os termos dos artigos 8.º e 9.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro, e demais legislação comunitária e nacional aplicável, bem como as normas do ON.2, relativas à publicidade.
- x) Autorizar a Área Metropolitana do Porto a proceder à divulgação dos apoios concedidos nos termos dos Regulamentos aplicáveis.
2. O Beneficiário obriga-se ainda a cumprir todas as demais disposições do 'Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão' e do 'Regulamento Específico "Sistema de Apoios à Modernização Administrativa" do Eixo V do ON.2, onde a operação se enquadra, que se lhe aplicarem.
3. O incumprimento das obrigações previstas nos números anteriores que não conduza à rescisão do contrato, determina a suspensão de todos os pagamentos de comparticipação comunitária ao Beneficiário, no âmbito deste Programa, até à regularização da situação, salvo nos casos em que a eventual fundamentação invocada venha a ser aceite pela Área Metropolitana do Porto.



4. Nos termos do artigo 57.º do Regulamento (CE) 1083/2006, de 11 de Julho, a participação dos fundos só fica definitivamente afectada a uma operação se, no prazo de cinco anos a contar da conclusão da operação, esta não sofrer qualquer alteração substancial que:
- a) Afecte a sua natureza ou as suas condições de execução ou proporcione uma vantagem indevida a uma empresa ou organismo público, e
  - b) Resulte quer de uma mudança na natureza da propriedade de uma infra-estrutura, quer da cessação de uma actividade produtiva.
5. Caso se verifique a alteração substancial referida no número anterior, os montantes indevidamente pagos ao beneficiário são recuperados nos termos dos artigos 98º a 102º do Regulamento (CE) 1083/2006, de 11 de Julho.

#### **Cláusula Sétima - (Prazo de vigência do contrato)**

O presente contrato começa a produzir efeitos na data da sua assinatura ou da data nele expressa e mantém-se em vigor até ao integral cumprimento de todas as obrigações dele emergentes, nomeadamente o estipulado na alínea a) do n.º 1 e do n.º 4 da Cláusula Sexta e Cláusula Oitava.

#### **Cláusula Oitava - (Alteração contrato)**

1. Sem prejuízo do disposto no Regulamento Específico, o presente contrato pode ser alterado, caso haja necessidade de introduzir modificações de carácter financeiro, temporal, material ou legal na Operação, que tenham sido aprovadas pela Área Metropolitana do Porto e confirmadas pela Autoridade de Gestão do ON.2 desde que as mesmas não alterem de forma significativa a Operação que foi alvo de aprovação.
2. A alteração identificada no número anterior serão objecto de formalização através de Adenda a este contrato, assinada por ambos os outorgantes, incluindo, sempre que tal se revele necessário para melhor explicitação da alteração, a Decisão de Financiamento correspondente.
3. O Beneficiário não pode ceder a sua posição contratual nem subcontratar sem autorização prévia da Área Metropolitana do Porto.

#### **Cláusula Nona - (Mora e Rescisão do contrato)**

1. Para além de outras situações previstas em Regulamento Específico, o contrato pode ser rescindido unilateralmente pela Área Metropolitana do Porto sempre que se verifique, pelo menos, uma das seguintes situações, imputáveis ao Beneficiário:
  - a) Não cumprimento, das obrigações estabelecidas no presente contrato e na legislação aplicável, no âmbito da realização da Operação;
  - b) Não cumprimento das obrigações legais e fiscais;
  - c) Prestação de informações falsas sobre a sua situação ou viciação de dados fornecidos na apresentação e realização da Operação;
  - d) Incumprimento da obrigação de registo contabilístico das Despesas e Receitas da Operação, de acordo com as normas contabilísticas em vigor;
  - e) Recusa da prestação de informações ou de elementos de prova que forem solicitados pela Área Metropolitana do Porto;





f) Explorar ou utilizar para outro fim, locar, alienar ou, por qualquer outro modo, onerar, no todo ou em parte, os empreendimentos comparticipados e os bens de equipamento adquiridos para realização da Operação aprovada, sem prévia autorização da Autoridade de Gestão.

2. A revogação da decisão será tomada em conformidade com o Código do Procedimento Administrativo.
3. A rescisão do contrato de financiamento pela Área Metropolitana do Porto implica a devolução do apoio financeiro recebido pelo Beneficiário, no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar da data da recepção da notificação de rescisão, findo o qual vencer-se-ão juros de mora à taxa legal em vigor para as dívidas ao Estado.
4. A devolução referida no número anterior pode ser faseada, até ao limite de 3 (três) anos, mediante prestação de garantia bancária e autorização da entidade responsável pela recuperação, vencendo-se juros de mora, à taxa legal em vigor para as dívidas ao Estado, até ao deferimento do pedido de devolução faseada, caso este ocorra após o termo do prazo previsto no número anterior.
5. Quando a rescisão se verificar pelos motivos referidos nas alíneas b) e c) do n.º 1, o Beneficiário não poderá obter quaisquer apoios pelo período de 5 (cinco) anos.

#### **Cláusula Décima - (Encargos com o Contrato)**

1. São da responsabilidade do Beneficiário todas e quaisquer despesas e encargos, nomeadamente de ordem fiscal, que resultarem da celebração, cumprimento ou execução do presente contrato.
2. São ainda da sua conta todas as despesas judiciais e extrajudiciais, incluindo honorários de advogado ou solicitador que a Área Metropolitana do Porto haja de efectuar para garantir a cobrança de tudo quanto constitua o seu crédito.

#### **Cláusula Décima Primeira - (Disposições Finais)**

1. Em tudo o que não estiver expressamente regulado no presente contrato, serão aplicáveis as disposições legais, comunitárias e nacionais vigentes.
2. Para todas as questões emergentes do presente contrato ou da sua execução, é competente o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto.

O presente contrato é assinado em dois exemplares originais, ficando um exemplar na posse da Área Metropolitana do Porto e outro na posse do Beneficiário.

  
O Primeiro Outorgante, AMP

  
O Segundo Outorgante, Beneficiário



47

**12. CONTRATO DE EMPREITADA: “PRU – PERCURSO NAS MARGENS DO AVE – RENATURALIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA FRENTE DO RIO EM SANTO TIRSO”: DECISÃO DE CONTRATAR E APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO.**-----

Presente informação da Divisão de Edifícios, de vinte e três do corrente mês de Fevereiro, registada com o número dois mil novecentos e vinte e dois, a remeter as peças do procedimento relativas à formação do contrato de empreitada acima referido, cujo valor, para efeitos de concurso, é de 5.074.764,58 € (cinco milhões setenta e quatro mil setecentos e sessenta e quatro euros e cinquenta e oito cêntimos), mais IVA.-----

O prazo previsto para a execução da empreitada é de quatrocentos e cinquenta e cinco dias.-----

As despesas com a execução da referida obra serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 07010405, na qual ficou cativa a importância de 1.065.700,57 € (um milhão e sessenta e cinco mil e setecentos euros e cinquenta e sete cêntimos), correspondente ao valor provável dos encargos a suportar com a empreitada no corrente ano económico, conforme proposta de cabimento número seiscentos e vinte, de vinte e três do corrente mês de Fevereiro.-----

Pelo Senhor Presidente foram apresentadas as seguintes propostas:-----

1. Que a câmara delibere ratificar o seu despacho de três do corrente mês de Fevereiro, que aprovou o respectivo Projecto de Execução, para efeitos de preparação das demais peças do procedimento.-----

2. Que a câmara municipal delibere autorizar a despesa inerente ao contrato de empreitada a celebrar e tomar a decisão de contratar prevista no artigo 36º do Código dos Contratos Públicos, mediante procedimento de concurso público, de harmonia com o previsto no artigo 19º do mesmo Código.-----

3. Que a câmara delibere aprovar as peças do respectivo procedimento, que são as



47

seguintes:-----

3.1 – Programa do Procedimento, composto por vinte e três folhas, numeradas de um a vinte e três;-----

3.2 – Caderno de Encargos, composto pelos seguintes elementos:-----

3.2.1 – Cláusulas Jurídicas a incluir no contrato, documento composto por vinte e duas folhas, numeradas de um a vinte e dois;-----

3.2.2 – O referido Projecto de Execução, que é composto pelos seguintes elementos:-----

- Projecto de Arquitectura;-----

- Projecto de Arruamentos e Pavimentos;-----

- Projecto de Estabilidade, que inclui Estudo geológico e geotécnico;-----

- Projecto das redes de abastecimento de água e combate a incêndio e drenagem de águas residuais domésticas e pluviais;-----

- Projecto de Instalações Eléctricas;-----

- Projecto de Instalações de telecomunicações;-----

- Plano de Segurança e Saúde;-----

- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.-----

Em cumprimento do disposto nos números 4 e 5 do artigo 43º do Código dos Contratos Públicos, acompanham ainda o Projecto de Execução os seguintes elementos:-----

3.3 – Mapa de Quantidades dos trabalhos a executar, composto por trinta e quatro folhas, numeradas de um a trinta e quatro.-----

3.4 – Notas Técnicas do Mapa de Trabalhos;-----

3.5 – Programa Preliminar do Projecto;-----

3.6 – Dados sobre as medidas de natureza expropriatória a realizar/bens a adquirir, incluindo as previsões dos encargos com a aquisição / expropriação dos terrenos necessários à execução da obra;-----



7

3.7 – Pareceres das entidades consultadas, a saber:-----

- Administração da Região Hidrográfica do Norte, I.P.;-----
- Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso;-----
- INDAQUA – Santo Tirso / Trofa S.A.;-----
- EDP Distribuição – Energia S.A.;-----
- PT – Comunicações S.A.-----

4. Que a Câmara delibere designar o júri do respectivo procedimento com a seguinte composição:-----

Membros Efectivos

Presidente: Eng.º Carlos António Nogueira Veloso, Director do Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal;-----

Dra. Diana Paula Ferreira Salgado, Chefe da Divisão Jurídica e do Contencioso da Câmara Municipal;-----

Eng.º João Paulo Rosa Martins, Chefe da Divisão de Vias da Câmara Municipal.-----

Membros Suplentes:

Dra. Maria Adriana Salgado Magalhães, Directora do Departamento Administrativo da Câmara Municipal;-----

Dra. Maria Alcina Marques de Oliveira, Chefe da Divisão de Gestão Financeira da Câmara Municipal.-----

As quatro propostas que antecederam foram aprovadas com nove votos a favor.-----



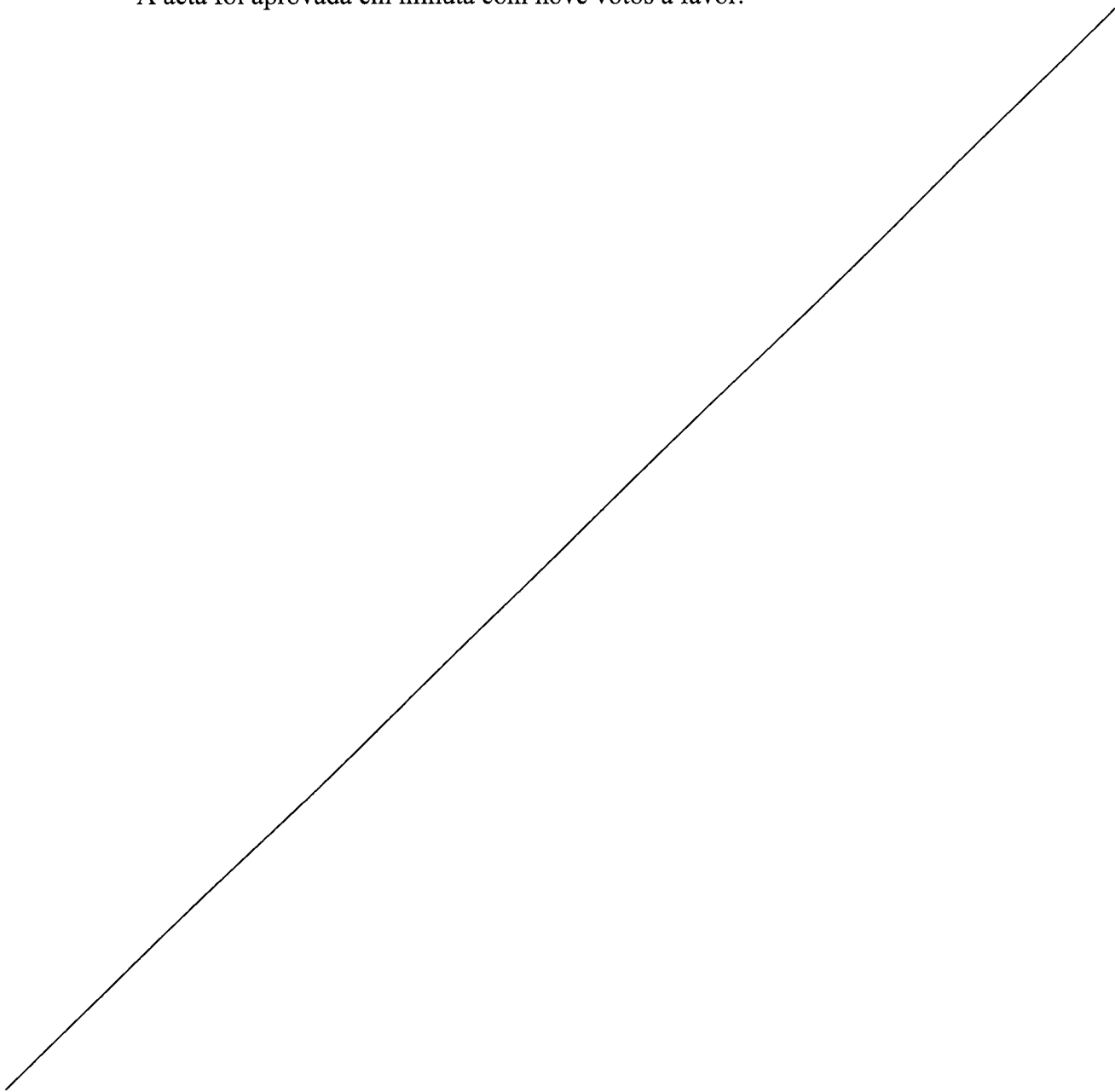
Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

47

**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA:** No final e depois de lida a presente acta, o Senhor Presidente propôs a aprovação da mesma acta em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

A acta foi aprovada em minuta com nove votos a favor.-----





17

**ENCERRAMENTO.**-----

A reunião foi encerrada eram: onze horas e dez minutos, sem público assistente.-----

E para constar se lavrou a presente acta que tem sessenta e duas folhas, e oito documentos Anexos, sendo o Anexo I respeitante ao período de antes da Ordem do Dia; o Anexo II relativo ao item três; Os Anexos III a VI, respeitantes ao item cinco; o Anexo VII, respeitante ao item seis, e o Anexo VIII, respeitante ao item sete, todos rubricados por mim e pelo Presidente da Câmara apenas utilizadas no anverso, que eu

*Theresa Adriana Salgueiro*

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

*[Signature]*

**APROVAÇÃO DA ACTA.**-----

A presente acta foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 10 / 3 / 2010, conforme consta do item um da respectiva acta (folhas vinete e uma da respectiva minuta).-----

A Secretária,

*Adriana Salgueiro*